

MAIS-VALIA

Boletim Informativo



República de Moçambique
Ministério das Finanças
Autoridade Tributária de Moçambique
Gabinete de Comunicação e Imagem
Repartição de Comunicação para área dos
Mega Projectos

Ministra da Função Pública fala ao Mais-Valia

Entrevista conduzida por Liège Vitorino

Fotos de Ricardo Nhantumbo

A Ministra da Função Pública, Vitória Dias Diogo, considera que, a Autoridade Tributária (AT) evoluiu bastante desde a sua implementação há mais de seis anos, particularmente na componente de sensibilização do cidadão, que consiste na educação do cidadão e na disseminação da informação sobre os valores de cidadania.

Reconheceu, no entanto, que a base tributária não está ainda muito expandida e que é importante que haja uma abordagem de ir ao encontro daquele que produz facilitando-lhe para ele poder pagar.

Estes e outros aspectos candentes sobre a Reforma do Sector Público são aflorados nesta entrevista exclusiva concedida ao “Mais Valia”.

Mais Valia (MV): Senhora

Ministra, a Autoridade Tributária desempenha um papel fundamental na salvaguarda da legalidade fiscal. Qual é a visão que tem sobre este exercício?

Vitória Diogo (VD): Em pri-

meiro lugar, saúdo o grande trabalho que a Autoridade Tributária está a desempenhar na área da fiscalidade, na área da cobrança de impostos, porque se a Administração Pública está saudável, está a funcionar, temos condições para trabalhar, temos remunerações, isto se deve em grande medida ao trabalho extraordinário que a Autoridade Tributária tem estado a fazer na componente da arrecadação de receitas. Eu considero a Autoridade



Ministra da Função Pública, Dra. Vitória Diogo

Autoridade Tributária. Quando me pergunta sobre a minha percepção em relação ao papel de guardião da fiscalidade, eu creio que a Autoridade Tributária evoluiu bastante, principalmente na componente de sensibilização do cidadão, que consiste na educação do cidadão na disseminação da informação sobre os valores de cidadania. Nós, os cidadãos, muitas vezes falamos sobre os direitos e relegamos para segundo plano os deveres. Nós

como cidadãos que trabalhamos, que produzimos, temos deveres dentro o de pagar impostos. Toda a evolução registada na simplificação de procedimentos e de processos evoluiu bastante mas creio que há ainda um grande campo.

MV: Na sua óptica, o que está a faltar?

VD: A base tributária não está ainda muito expandida. É importante que nós tenhamos uma abordagem de ir ao encontro daquele que produz e facilitar-lhe o máximo para ele poder pagar. Penso eu, que com os adventos das tecnologias de informação e comunicação a própria Autoridade Tributária também vai acompanhando e irá encontrando cada vez mais mecanismos simplificados para que o contribuinte possa pagar. E, acima de tudo, simplificar a linguagem porque a vossa área é muito técnica. Normalmente alguém que tem rendimentos tem que recrutar uma outra pessoa que é para poder explicar e tratar desta matéria porque é uma área muito árida que não atrai muita gente. Portanto, quanto mais se simplificar melhor.

Avançaram muito nos NUIT mas eu penso que pode-se fazer mais ainda em relação aos cartões. Porque o facto de alguém ter cartão o identifica. Eu, como ministra da Função Pública vou aos Distritos, quando me reúno com os funcionários mobilizados. Felizmente, nós tivemos uma abordagem muito boa, que

Destaques nesta edição:

Entrevista com a Ministra da Função Pública	1
Metical fortalece-se face ao Rand	9
Reavaliação de Activos Tangíveis	11
Electrificação Rural em Moçambique	14
Tributação da Indústria Extractiva	18
Entre Nós: Celso Cossa	26



Editorial

“As reformas no Sector Público”

Falar sobre as Reformas no Sector Público moçambicano não constitui nenhuma novidade pois elas são já parte integrante da evolução da sociedade moçambicana. A Autoridade Tributária não está alheia a esta dinâmica, a julgar pelos acontecimentos contínuos nesta área, visando a melhoria da prestação dos seus serviços e valorização dos seus quadros. Novidade porém poderá ser, a percepção que cada funcionário público moçambicano tem destas reformas e a forma como reage às mudanças decorrentes do processo de reforma. E é aqui onde, segundo alguns psicólogos, as reformas podem experimentar alguns efeitos conflituantes com os esforços ligados à mudança e que podem gerar algumas perturbações nas organizações.

Com efeito, foi em Junho de 2001 que o Governo lançou, oficialmente, a Estratégia Global da Reforma do Sector Público cuja implementação ficou dividida em duas fases: A primeira, de 2001 a 2005 e a segunda de 2006 a 2011. Enquanto a primeira fase representava o corolário das reformas políticas, económicas e sociais iniciadas em 1975, com a criação do Estado Moçambicano, com o objectivo de orientar o conjunto das instituições públicas a melhorar a qualidade de serviços e das respostas do Estado à sociedade, através da

adequação do funcionamento das instituições públicas aos desafios internos e externos que requerem uma cultura pública virada à integridade, transparência, eficiência e eficácia, a segunda, pretendia aprofundar as acções iniciadas e implementar acções que respondem às prioridades actuais do Governo, com ênfase no capítulo da descentralização e da melhoria na prestação de serviços.

Reforma implica sempre uma *mudança*, e por essa razão, é uma tarefa muito complexa, dado o grande esforço necessário para reformar e pelo exercício necessário para alcançar os resultados desejados. A implementação de uma reforma envolve um esforço significativo de adaptação, pois implica o abandono de formas antigas de trabalho e a aprendizagem de novas, tudo com o objectivo de beneficiar tanto o funcionário público como o próprio Estado, pela via da melhoria do funcionamento da administração pública.

Embora não exista nenhum “*lado negro*” da reforma, um funcionário não preparado para a mudança pode experimentar momentos de frustração (as reformas mudaram a cultura prevalecente da administração pública até então, segundo a qual, por exemplo, as promoções dependiam mais dos anos de trabalho do que da avaliação de desempenho), raiva, *stress*,

problemas psicológicos, insatisfação com o trabalho, falta de motivação e sentimentos de incerteza quanto ao trabalho novo e competências para o desempenhar. Estas reacções podem gerar diferentes respostas à mudança que vão desde a lealdade (se os gestores e funcionários forem leais aos esforços de mudança organizacional, irão duplicar os seus esforços e fazer horas extraordinárias consideráveis, de forma a que o trabalho associado com a mudança possa ser conduzido em adição ao trabalho normal), indiferença, gestão de emoções negativas (sentimento de isolamento), cinismo, sabotagem, com consequências organizacionais graves como a falta de liderança, mudança constante de gestores nas áreas de direcção e chefia e comunicação ineficiente, só para citar.

A saída de quadros chaves da instituição (uma reacção emocional extrema à mudança), mais elevada entre os *melhores* funcionários, já que são os mais atractivos para outras instituições, tem sido apontada, também, como sendo uma das consequências das reformas no sector público. Apesar do sector público ser geralmente considerado um mercado menos dinâmico, é razoável esperar que funcionários públicos com elevadas qualificações possam encontrar oportunidades no sector privado. Nos casos em que as reformas sejam específicas a um sector ou organização, os funcionários públicos poderão sentir-se tentados a mudar para outra organização onde as mudanças não estejam a ocorrer com a mesma intensidade. Este fenómeno é explicado como sendo transversal às diferentes gerações. Não são apenas as gerações mais velhas, mais próximas da idade da reforma, que optam por sair, o que poderia ser eventualmente associado a uma maior dificuldade em lidar com a mudança. Dirigentes no meio da carreira e técni-



cos jovens estão também entre os que saem. Estes funcionários jovens, que estão há apenas poucos anos no sector público e que detêm qualificações elevadas que são atractivas no mercado de trabalho, “*pensam na vida*” e concluem que não vale a pena ficar. Falkenberg, Stensaker, Meyer and Haueng (2005; 2002)

A saída de funcionários pode representar, em alguma medida, uma perda de conhecimento e história institucional, que podem prejudicar a eficácia organizacional no curto prazo. Outro problema associado ao impacto das reformas no sector público, nos funcionários públicos, é a falta de motivação que pode advir da sobrecarga de trabalho e a impressão com que o funcionário fica de que o esforço por si colocado no trabalho realizado é ignorado. Um funcionário menos motivado não irá, provavelmente, investir no seu trabalho, como reflexo de um sentimento de descrença no sistema, e passará a uma situação de gestão do “*dia-a-dia*” (descrito como o pior impacto das reformas na motivação), atendendo a que também significa que não será mais proactivo, principalmente se ele sentir que o seu trabalho não é valorizado. Mesmo um funcionário formado e capaz, não terá um desempenho eficaz se não estiver motivado para o fazer. É necessário pois, que o funcionário sinta que pode contar com o apoio institucional durante o processo de reforma (trabalho que afinal é contínuo), e não sentir-se ameaçado pela sua implementação.

Todos juntos fazemos Moçambique!

A Directora
Berta Macamo



Ministra da Função Pública fala ao Mais-Valia (cont.)

o número do NUIT é o número do cadastro e é o número do cartão de identificação do funcionário. Isto foi assegurando que todos que entram para o Aparelho do Estado tenham o NUIT. Eles têm o NUIT mas não tem o cartão. Portanto, é mais este passo que tem que ser dado, para que este funcionário lá no Distrito mais recôndito, para além do cartão de trabalho, para além do crachá, para além do Bilhete de Identidade ele tenha o cartão de contribuinte para que ele possa exibi-lo como funcionário que é.

Mas, como eu dizia, se eu trago estes aspectos é porque as reformas que a Autoridade Tributária está a fazer na área fiscal são profundas e também estão a concorrer para reduzir o défice que nós temos no nosso Orçamento ou na nossa Balança de Pagamentos e a contribuição externa dentro do Orçamento do Estado. Quando começa a subir a arrecadação ou as taxas de arrecadação de receitas, significa que, nós não deixamos de precisar de ter tanto apoio externo. Reduzida a dependência externa, nós podemos investir muito mais e decidir livremente sobre o que nós queremos fazer nos recursos usados.

MV: Assiste-se nos últimos anos a actos de pilhagem no erário público aliados ao compadrio, a anarquia, entre outros males. Outrossim, surgem casos gritantes de funcionários gestores da coisa pública que cometem ilícitos. Como fazer um “volte-face” a esta situação?

VD: A percepção que eu tenho é que os funcionários e Agentes do Estado nas instituições do Aparelho do Estado vêm de uma sociedade, sendo também cidadãos. E, aquilo que se vive na sociedade em termos de corrosão dos valores morais atinge também as nossas instituições públicas. Mas, confor-

me disse, independentemente daquilo que esteja a acontecer na sociedade nós somos um Estado e temos que nos reger por princípios e valores de integridade, de honestidade, de respeito pelo bem público porque nós somos meros guardiães daquilo que é o património público que está à nossa responsabilidade.

Existem normas muito claras e procedimentos que devem ser respeitados. E, é por isso que nós vamos reforçando no âmbito das reformas em curso o Controlo Interno, as inspecções, a fiscalização. E, o que nós abraçamos foi formar, informar, para que as pessoas saibam que procedimentos seguir, que nor-

mais casos de irregularidade, mais casos de descaminho e dentro da lei as pessoas são processadas.

O que nós dizemos como Governo e como lideranças é que quando há irregularidades tem de se actuar. Nós não podemos pactuar e é por isso que se vê que há uma moldura disciplinar. Anualmente, o Conselho de Ministros analisa a situação disciplinar, aprova os relatórios e divulgamos porque também a disseminação ajuda a criar na mente da sociedade de que no Aparelho de Estado moçambicano não há impunidade e efectivamente não há impunidade. Encontramos como bem diz uma minoria que prevarica...

Governo mas é a visão da própria sociedade porque há vários mecanismos e instrumentos em que a sociedade fala e isto é bom porque o outro caminho que nós estamos a seguir e que ajuda a retrair e a refrear práticas ilícitas é criar abertura, para que os cidadãos possam reportar ou denunciar. Quando nós trabalhamos também os relatórios disciplinares é interessante ver a tipificação daquilo que são as infracções.

Antes tínhamos um grande número de mau atendimento. Agora o mau atendimento reduziu mas encontramos mais casos de desvios de fundos, de roubos, de má utilização de fundos que aparecem e processados tanto disciplinarmente como criminalmente. Porque já temos sistemas montados que actuam tanto na componente disciplinar como na componente criminal. O Gabinete de Combate à Corrupção tem aparecido ao público reportando sobre os casos que está a trabalhar. O Digníssimo Procurador da República quando faz o seu informe anual apresenta os casos que vão desde o funcionário ao nível mais baixo até às chefias. Portanto, em termos de legalidade e integridade, eu acredito que nós estamos a reforçar e estamos a evoluir.

Temos que continuar a fortalecer o papel das instituições principalmente a nível sectorial, no que concerne ao papel do Controlo Interno na prevenção dos actos, para que quando a Inspeção externa venha encontre as instituições de funcionários de uma forma organizada. Temos os casos que são uma minoria, que quando reportados são investigados em termos legais e depois os que são encontrados como tendo praticado ilegalidade são processados nos termos da lei. Mas, a maioria são bons funcionários.



A Lei de Probidade Pública é um dos grandes desafios do Ministério da Função Pública

mas respeitar, que leis observar, para que quando haja uma irregularidade ser possível aferir se foi com intenção dolosa ou se foi por desconhecimento. E, se nós formos a ver quando fazemos uma retrospectiva de 2006 até agora, os sistemas que foram sendo montados tanto em termos de gestão financeira, o SISTAFE, e outros mecanismos, vão se fortalecendo e se detecta muito mais. Torna-se mais fácil rastrear, e é por isso, que já aparecem à superfície

MV: O que isso representa em termos estatísticos?

VD: Nós somos 247 mil funcionários e agentes do Estado e quando nós olhamos para as estatísticas dos funcionários que foram processados de 2006 a 2012 não chegam a 10 mil. Então, isto já confirma que a grande maioria são bons funcionários. Aliás, este Estado funciona dentro da legalidade, presta serviços que vão melhorando em termos de qualidade. Isto não é apenas a visão do

Ministra da Função Pública fala ao Mais-Valia (cont.)

MV: Senhora Ministra, onde nos encontramos no capítulo das Reformas do Sector Público?

VD: Nós lançamos a estratégia global de Reforma do Sector Público em 2001. Tivemos a primeira fase que foi de 2001 a 2006. De 2006 a 2011 foi a segunda fase. E a primeira fase de 2001 a 2006 foi para estabelecer a base, a mobilização política, a mobilização dos parceiros. Reformar é mudar. Politicamente, nós tínhamos que dizer sim, nós queremos mudar e houve esta mobilização política inclusive a mobilização dos parceiros de cooperação. Por isso, que a primeira e a segunda fases tiveram um grande apoio financeiro dos parceiros porque estes acreditaram no Programa do Governo e na sua abordagem.

De 2006 a 2011 foi a segunda fase e o enfoque foi na melhoria da prestação de serviços. Por isso que começou-se a ver a simplificação de procedimentos. Há situações que as pessoas não imaginam como era antes. Vou-lhe dar um pequeno exemplo: recorda-se que quando viajava antes de 2006 tinha que comprar o bilhete e pagar uma taxa de embarque o que hoje não acontece porque a taxa de embarque está incluída no bilhete de passagem, o que foi uma reforma. Quando nós olhamos para a questão do Visto de fronteira, antes de 2006 não havia, tudo tinha que ser tratado fora dos países. Mas, a partir de um certo período chega à fronteira e tem o Visto. Recorda-se que antes recebíamos pagamento de salários via manual, eram os títulos que se processavam. Agora vai ao banco. Antes pagava despesas como energia, como água à boca do guichet. Hoje pode pagar via Internet, via telemóvel. Isto tudo são as transformações que ocorreram em termos de reforma. Outro exemplo, é dos Balcões de Atendimento Único que antes não existiam e hoje conseguimos encontrar vários serviços no mesmo espaço, o que reduz

o tempo de espera que o cidadão leva e pode resolver um problema que envolva vários sectores num mesmo espaço. Estamos a tomar decisões sobre mais serviços que devem passar para aquele espaço.

Quando olhamos para a gestão dos recursos humanos é incrível. Hoje pode questionar: - acontecia mesmo isto Excelência? O servente de Nangade que estivesse no sector da Educação era gerido pelo Ministro da Educação. Está a imaginar alguém que está lá, os despachos de nomeação, de transferência, de promoção eram da competência do Ministro da Educação. Até que nós desconcentramos as competências aos Governadores, mas fomos mais longe, desconcentramos ao Administrador.

O Administrador recruta, transfere, promove, expulsa. Antes todos os processos para verificação da legalidade tinham que vir ao Tribunal Administrativo (TA) que estava centralizado. Agora temos os TA Provinciais e isto acelera todos os processos, toda a tramitação e reduz o tempo.

Em 2012, verificamos que, sim, avançamos muito com as reformas, mas elas devem continuar numa abordagem de continuidade. Foi quando foi aprovada a Estratégia de Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública 2012-2025. Os pilares continuam que é o pilar da profissionalização esta que tem a ver com os recursos humanos, porque o fortalecimento do capital humano é o segredo para o desenvolvimento de qualquer país. E, num país em desenvolvimento como o nosso a provisão dos serviços básicos para a educação, para a saúde, para as infra-estruturas, a colecta de receitas ainda é da responsabilidade do Estado, por isso que a qualidade do capital humano no Estado ainda continua fundamental. A questão da profissionalização, da melhoria da prestação de serviços é outro pilar simplificando os procedimentos, desburocratizando,

acelerando e agregando cada vez mais serviços num único espaço. Continuar com a descentralização, descentralizar, nós podemos ver, por exemplo, que em termos de orçamentos, os Distritos já tem Orçamentos de Investimentos, já decidem sobre os investimentos mesmo quando nós falamos do Fundo de Investimento Local, o vulgo 7 Milhões, é descentralização que está a acontecer a nível do próprio Distrito, o processo decisório, a construção acelerada de salas de aulas, já há orçamentos que vão directamente para as províncias que elas decidem, o processo de descentralização tem que continuar.

O processo de autarcização tem que continuar, a transferência de poderes para outros níveis de governação. Depois temos o capítulo da Integridade, os Sistemas de Integridade. É aquilo que nós falamos sobre a ética, a moral, a honestidade, o combate cerrado à corrupção e as áreas transversais que tem a ver com as tecnologias de informação e comunicação. Estamos numa sociedade e num mundo globalizado em que as tecnologias de informação e comunicação tem um papel fundamental contribuem para a melhoria e para a celeridade na prestação de serviços e para a redução do espaço para práticas ilícitas porque a mão humana deixa de intervir tanto assim este é um outro pilar das reformas. E a comunicação, porque reformar, mudar, governar é comunicar. Comunicar, ouvir, trabalhar, voltar a comunicar. Então este pilar da comunicação foi reforçado porque nós sentimos que ainda há défice na nossa capacidade de comunicar. Fazemos muita coisa, temos muitas realizações, muitos resultados, mas a questão de comunicar para mostrar a relevância da nossa actuação ainda temos défice. Portanto, estamos a continuar a reformar e para finalizar este capítulo das reformas, as reformas acontecem dentro dos sectores.

Estivemos a falar da Autoridade

www.at.gov.mz

Tributária, das grandes transformações desta instituição na área de Fiscalidade, de Impostos, das Alfândegas, na área de criação de condições porque nós agora vemos que nos locais mais recônditos existe um posto alfandegário há lá condições que dão outra dignidade aos profissionais e aos funcionários do Estado. Portanto, a Autoridade Tributária faz reformas não separadas numa abordagem global. Ela está dentro desta estratégia de reformas e desenvolvimento da Administração Pública, na área da Fiscalidade. Depois temos a Administração Financeira em que o Ministério das Finanças, os sectores e as instituições a ele adstritos fazem reformas nessa área; temos a parte da Função Pública que faz reformas na componente da profissionalização; a Indústria e Comércio com a melhoria do ambiente de negócios; a Agricultura com todas as reformas para poder assegurar que a produtividade, que a produção, que a utilização da terra possa ser feita de forma a criar riqueza. Cada sector faz as suas reformas.

As reformas acontecem no sector mas seguindo uma linha holística, uma visão comum de governação.

MV: No âmbito da descentralização as actividades do Estado devem estar ao alcance das comunidades. Senhora Ministra poderá descrever o actual cenário sobre a afectação de técnicos superiores aos Distritos, tendo em conta que são os pólos de desenvolvimento?

VD: Este é o processo que nós, no âmbito da reforma em 2006, começamos com abordagens de indução para que os técnicos pudessem ir para os Distritos. E uma das abordagens que nós trouxemos está na própria Lei do Estatuto. Os Distritos estão categorizados por níveis de desenvolvimento. Há Distritos do grupo 3 que são aqueles

Ministra da Função Pública fala ao Mais-Valia (cont.)

mais recônditos em que os nossos profissionais viverem em condições difíceis ou mesmo pelo nível de desenvolvimento em que se apresenta o referido distrito. Temos os do grupo 2 e depois os do grupo 1. Temos as capitais provinciais ou órgão central.

Foi institucionalizado um subsídio de localização em que os que estão no grupo 3, por exemplo, um técnico superior o subsídio que se recebe no órgão central é de 60% mas quem está num Distrito como o Zumbo ou Cinde, sendo linguista como eu, tem o subsídio de 100% e isto já atrai a pessoa para ficar. Se consultar o Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado (EGFAE) cada sete anos que o funcionário estiver nesses distritos, o tempo de aposentação ao invés de contar um ano, conta um ano e meio. Nós reformamos por tempo de serviço quando atingimos 35 anos de serviço mas alguém que está em Nangade ou no Zumbo pode reformar com 30 ou 29 anos de serviço e ele ainda está em idade para poder desenvolver outras actividades.

Também a nível dos Distritos há terra e é uma coisa interessante. Há entrega de talhões para os jovens funcionários para eles começarem a trabalhar, mas o maior incentivo que eu lhe posso dizer, é o emprego. Porque se for a ver a taxa de desemprego neste país é elevada. Então, o grande incentivo é a empregabilidade no Distrito. E, hoje eu tenho recebido pedidos de muitos jovens quando vem ter comigo não estão preocupados com o local. Eles querem emprego independentemente do local onde sejam afectos. Temos jovens que vão para um Distrito, juntam-se e alugam uma casa, vão partilhando até eles conseguirem ter a sua própria casa. Portanto, o grande incentivo é a empregabilidade e nós quando olhamos para as nossas estatísticas de recursos humanos do Estado vemos que 88% estão a nível local e apenas 22% estão no

órgão central. E dos 88% a maioria já está a ficar nos Distritos. Todos os Distritos hoje têm técnicos superiores e tem técnicos médios. Ainda precisamos de mais porque o rácio professor-aluno continua alto, o rácio médico-paciente continua alto e enfermeiro-paciente continua alto. Mas, já estamos, na direcção correcta e a configuração da pirâmide já está a alterar para estar dentro dos parâmetros aceitáveis.

MV: Senhora Ministra, os funcionários são descontados mensalmente para assistência



Dra. Vitória Diogo esclarecendo o intricado assunto da assistência médico-medicamentosa ao Funcionário Público

médica e medicamentosa mas na prática verifica-se o contrário. Qual é a saída, uma vez que os mesmos quando se dirigem às unidades sanitárias não são tratados com correcção e respeito?

VD: Eu creio que, na prática não estão as coisas a acontecer ao contrário. Ainda temos deficiência. Nós temos um sistema de assistência médica e medicamentosa em que o funcionário contribui com uma percentagem para este sistema e ele cobre não apenas o funcionário mas todos os seus dependentes. O mesmo acontecendo com o subsídio de funeral. Aliás, há grandes melhorias. O subsídio de funeral antes de 2012 era de 2.500,00MT, hoje é de

5.000,00MT, que eu creio que ninguém quer usar, porque ninguém quer que alguém morra na família. Mas, quando alguém falece pelo menos já é um valor que dá para poder-se apoiar e resolver algumas situações.

A grande questão no tratamento dos funcionários, eu costumo dizer: - Isto é interessante. Os profissionais da saúde são funcionários. E a pergunta que uma pessoa coloca é por que um funcionário vai maltratar outro funcionário? Isto é a questão de valores, é a questão de humani-

os medicamentos nas farmácias do hospital poderem ir às farmácias da FARMAC e adquirir mostrando o cartão, pagam aquele valor que é o estabelecido para os funcionários e agentes do Estado. Mas, mesmo assim sentimos que isso não resolve o problema, por isso que nós estamos a trabalhar, primeiro, numa abordagem de prevenção, porque vimos que estávamos a ter uma abordagem curativa. Nós não temos sistemas de check-up aos funcionários, para aferir com antecedência qual é o estado de saúde e poder ajudar.

Estamos a trabalhar para que no sistema haja possibilidade de no Distrito, na capital provincial, no órgão central, por mês se possam estipular períodos, por exemplo, de 1 a 5 são funcionários do Ministério tal que serão atendidos para efectuar-se o check-up, sendo cada um nas várias modalidades. Aí, teremos a componente preventiva. E, até vai reduzir os gastos porque antecipadamente antes da pessoa demonstrar a doença, já se poderá ver quem é hipertenso, quem é diabético, quem tem uma doença crónica – degenerativa e aí nós poderemos assegurar o estado de saúde e garantir que este profissional possa estar saudável e produtivo. Falo da introdução destas medidas preventivas do check-up. E, em caso de estarmos doentes como fazer?

Estamos a fazer o escudo para a reforma do sistema de previdência social no Aparelho de Estado em que podemos provavelmente introduzir sistemas de seguro. Mas, vamos ter que ver sistemas mistos porque ainda temos zonas rurais onde não há alternativas de tratamento. O que existe é aquilo que o sistema oferece. Então, aí continuaríamos com o sistema de assistência médica e onde há alternativas já pode-se introduzir um sistema de seguro que tem a ver também com contribuições que poderão fazer nos diferentes escalões. Há esta evolução do sistema, estamos a melhorar o

Ministra da Função Pública fala ao Mais-Valia (cont.)

próprio sistema mas queremos trazer uma reforma do sistema de previdência social.

MV: E em termos de prazos?

VD: A reforma do sistema de previdência social já começou. Estas medidas que eu estou a trazer a melhoria do subsídio de funeral, os contratos com a FARMAC, os quartos especializados, camas disponíveis, quotas para consultas tudo isto faz parte do processo de reforma. Mas, este ano, pelo menos a estruturação da previdência social vai ser vista. Em 2014 já poderemos ter as mudanças e a direcção que nós queremos dar ao sistema de previdência social.

MV: Regista-se ainda morosidade na tramitação dos processos dentro das instituições na Função Pública. Para quando um sistema célere que possa de facto resolver os processos atempadamente?

VD: Entre 2006 e 2007, nós aprovamos a estratégia de gestão de documentos e aprovámos o Sistema Nacional de Arquivos. Antes a forma como o expediente se tratava e se arquivava era uma forma que exigia que aquele funcionário que tivesse recebido o expediente fosse o mesmo a ter que dar a resposta. Porque quando ele não estava ele arquivava num sítio, no dia em que ele não estava o outro que tentasse recuperar aquele expediente não encontrava. Então, aprovámos um Sistema de Gestão de Documentos que os documentos são arquivados numa abordagem com qualificadores, com tabelas próprias, que as pessoas dominam por assuntos. Se o meu assunto tem a ver com promoção ele sabe como base na tabela de classificação e temporalidade que o registo de promoção tem que ser este número. Ele só vai à pasta de arquivos e vai encontrar. Isto foi arquivado e também fez com que se reduzisse a perda do expediente e acelerasse o processo de consulta, aí acelera a resposta ao cidadão.

Por isso que mesmo de trata-

mento de petições cada ano que passa nós vamos aumentando o nível e o número de respostas e a recuperação de documentos. Este sistema trouxe também maior capacidade e fluidez no arquivo porque nós temos o arquivo corrente, os documentos que se vão arquivando, se vão consultando e se vão usando, definiu regras para o arquivo intermediário aqueles que se usam de vez em quando e o arquivo morto que é o permanente. Mas, institucionalizou comissões de avaliação de documentos que antes não havia. Hoje há documentos que são avaliados pelas comissões regularmente que ficam no arquivo normal, outros vão para o arquivo intermédio e depois vão para o arquivo permanente ou arquivo morto. Isto é fundamental o funcionamento destas comissões porque também nós não temos espaço para guardar tanto papel. E aquilo que vai para o arquivo permanente é aquilo que tem que ficar à guarda em memória histórica, memória institucional, cada vez vamos mais preservando. E, apostamos muito na formação de formadores. Todos os distritos tem formadores em gestão de documentos, todas as capitais provinciais, todas as instituições tem um formador lá, que é para poder fazer a réplica. Vimos que não era suficientes institucionalizámos o fórum de Chefes de Secretaria que são eles que respondem pela tramitação dos documentos e eles é que estão atrás do balcão para responder ao público. E, este fórum é uma plataforma que reúne trimestralmente os Chefes de Secretaria é lá onde eles debatem, estudam, trocam impressões e isto fez com que melhorasse muito o conhecimento, o fluxo de informação, a celeridade, a guarda para além dos folhetos porque a nossa página no site tem toda a legislação, todos os procedimentos e as instituições correctamente estão a definir tabelas de temporalidade das actividades fim. Por exemplo, a Autoridade

Tributária tem qualificadores próprios que tem que ser definidos por esta instituição, para que em termos de gestão e classificação de documentos porque são documentos próprios inerentes à fiscalidade que tem que ter um tratamento diferenciado. Este trabalho foi feito e é feito pela própria Autoridade Tributária, pelas Finanças. Nós aqui temos uma tabela de temporalidade fim que define como é que os nossos documentos devem ser tratados. Mas, no âmbito das reformas queremos continuar a melhorar. E, outro aspecto que contribuiu positivamente foram as cartas de serviço nos Serviços que informam que serviços se prestam e quanto tempo o serviço leva. Por exemplo, o cidadão vai para tratar de uma carta de condução, ele tem que ter afixado na vitrina quantos dias ele vai ter que esperar porque é assim que ele avalia o nível, o índice e a capacidade de resposta daquele serviço. Porque ele não pode meter um documento e não saber quanto tempo vai levar. Então, o facto de afixar os prazos e as taxas que devem ser pagas, quando está ali escrito que eu pago 10,00 MT por isto e o funcionário pede 15,00MT eu vou perguntar porquê? Portanto, também reduz os casos de corrupção e de suborno e dá-me mais conhecimento como cidadão, que é para eu poder exigir se o serviço levou mais de 15 dias eu interrogo o porquê a carta de serviço estipula o tempo que deve levar um documento. É esta a demonstração de cometimento e de responsabilidade dos serviços perante o cidadão que agora no âmbito das reformas estão a ser instituídas as cartas de serviço.

MV: Senhora ministra, o actual cenário exige uma nova postura face à descoberta dos recursos naturais no nosso país. Sabendo-se que, há quadros com formação especializada que se encontram a prestar serviços noutras áreas devido a factores conjunturais, qual é a varinha mágica

que pode encontrar para reverter este estado de coisas?

VD: Bom, eu não falaria em termos de varinha mágica. Se for a ver este país evoluiu desde a Independência nacional. Quando nós olhamos os técnicos qualificados que nós tínhamos, eu vou-lhe falar da pirâmide do Aparelho do Estado. Em 2001, 68% eram funcionários de nível elementar e básico, depois tínhamos uma pequena percentagem de nível médio e apenas 4% possuía o nível superior. Em 2012, porque as nossas políticas foram orientadas para esse sentido, estamos com apenas 17% de nível elementar, 47% de nível básico (está ver a redução, já estamos a subir para mais de 25% de nível médio) já estamos com 12% de nível superior. Continuar a implementar e a investir massivamente na formação do capital humano. Mas, ainda há mais: quando falamos das instituições do Estado é fundamental e isto já está sendo feito que cada instituição tenha o seu plano de formação. E porquê que é importante o plano de formação e vai responder à sua pergunta. Porque cada sector quando eu entro no Estado, o Estado recruta-me para eu cumprir com uma função e uma actividade. E, para essa actividade eu tenho que ter qualidade e competência. Então, o plano de formação define as áreas de interesse do sector. E aí, cada sector com o seu plano de formação ele define que cursos lhe interessam. Se vai para o sector de Recursos Minerais, se vai para o sector de Energia, se vai para o sector da Agricultura, este irá indicar se quer agrónomos, se quer veterinários, se quer engenheiros florestais; se vai para o sector de Recursos Minerais este irá definir se quer geólogos, engenheiros de minas; a Energia vai indicar se quer electrotécnicos, então não é alguém que fez Teologia que vai para o sector dos Recursos Minerais ou se quiser ir estudar que vai dizer que vai tirar o curso de direito, pois terá que

Ministra da Função Pública fala ao Mais-Valia (cont.)

ser direito orientado para a componente mineira, para a componente de petróleo, para a componente de energia.

O segredo está nos planos de formação. E, é imperioso fazer respeitar os planos de formação porque eu não me vou formar apenas naquilo que eu quero. Eu vou formar-me naquilo que eu quero seja de interesse para o sector onde eu estou alojado. E, aí está o papel das lideranças. Quando um profissional pede para ir estudar o gestor dos Recursos Humanos tem que analisar se está dentro do plano de formação e o dirigente depois autoriza se aquele curso lhe interessa. E, isto também concorre para quando eu termino a formação para uma área de interesse eu tenho uma promoção automática por reconversão de nível porque eu tirei um curso para a área que interessa. Agora se eu tirei um curso para a área que não é do interesse do sector o dirigente primeiro tem de dissuadir aquele profissional porque ele quer ter pessoas que efectivamente trabalhem com competência tenham as habilidades necessárias, para prestar aquela actividade com profissionalismo. Se o funcionário insistir que é isto que quer ele tem que ficar claro que quando terminar o curso não é da responsabilidade do sector promovê-lo, ele vai ter que concorrer naquele sector que cujo curso é de interesse para aquele sector. Portanto, é continuar dentro desta linha. E os outros sectores, por exemplo, nós estamos a formar gestores.

Neste momento, eu estou a trabalhar dentro do meu sector em formar pessoas em técnicas de negociação. Porque interessa-me que nós tenhamos noção de como negociar contratos, como negociar com os parceiros sociais, portanto, tudo isto está no meu plano estratégico. Há outras habilidades que antes nós não prestávamos atenção e passámos a acautelarmo-nos para termos a robustez necessária de ter uma mais valia, de otimizar este advento da

exploração dos recursos naturais para o bem-estar da nossa população e desenvolvimento económicos e social do país.

MV: Isso já está em marcha?

VD: Já está em marcha, os sectores tem planos de formação, tem estratégias de formação. Aliás, temos centenas de moçambicanos a serem formados em termos de especialidades fora do país, para aquelas áreas que nós não temos a robustez necessária. Outros vão sendo formados dentro das instituições de ensino do país.

MV: O que isso implicaria em termos de custos para o funcionamento público, versus benefícios ao cidadão?

VD: Tudo tem a ver com a produtividade deste país e com as receitas arrecadadas pela Autoridade Tributária. Quanto mais produzirmos mais receitas e quanto mais receitas melhores condições.

MV: A modernização pressupõe nova tecnologia. Fale-nos dos planos de reengenharia e dos processos visando adequá-los à nova filosofia no que tange ao investimento técnico dos funcionários de forma a corresponder às novas exigências. O que nós podemos esperar a curto e a médio prazos?

VD: Nós já estamos a evoluir bastante. E até acho interessante é só ver como estão a gravar esta conversa neste país. Lembra-se quando andavam com aqueles gravadores grandes... (risos) E vocês estão a trabalhar em instituições. Já é o exemplo claro. Hoje não encontra um funcionário que não tenha um telemóvel. Hoje raramente vai a uma Repartição, a um Departamento que não haja computadores. Praticamente e sabe o fenómeno que está a acontecer já não encontra dactilógrafos. Só aquelas pessoas antigas é que dominam a técnica. E mesmo máquinas, eu aqui no meu Ministério não tenho uma máquina de escrever. Isto já mostra a grande evolução que a Administração Pública registou. E, não foi por acaso. O Gover-

no começou por aprovar uma Política de Informática neste país. Depois aprovou a estratégia do e-Government. Então, tudo começou a movimentar-se tendo em conta que nós tínhamos que estar actualizados em termos de tecnologias de informação, em termos de informatização. Criaram-se os Portais do Governo, nós estamos ligados em rede. Eu acho muito interessante aqui no meu Ministério, as convocatórias para as reuniões, para os consultivos são feitas em rede. Os documentos são distribuídos para os e-mails e cada um diz se queres imprimir, são os recursos da tua unidade orgânica. Portanto, começa a reduzir a utilização do papel, começa a haver uma maior contenção nos gastos e começa a haver maior celeridade. Este Ministério tem uma página web: www.mfp.gov.mz que acho que é uma das páginas mais visitadas, onde encontram a legislação, encontram estratégias, notícias sobre o que está a acontecer na Administração Pública. É bonito ver que vai até ao Distrito mais recôndito basta haver telecomunicações, energia fiável, então eles têm uma rede da Internet, têm o e-mail e a comunicação começa a fluir. Há-de encontrar Internet café na maioria dos Distritos, a nível da capital provincial, encontra bibliotecas virtuais nas instituições e nas escolas do Governo. Em todas as nossas capacitações nós temos as escolas do Governo que são os IFAPAs e ISAPs, o módulo de tecnologias de informação, de informatização faz parte. Praticamente se for a ver todos os currícula de candidatos a emprego um dos campos que eles põem é conhecimento de informática. Isto já faz parte na vivência moçambicana.

Quando falamos de tecnologias de informação a grande revolução que nós introduzimos foi o pagamento de salário via banco. Aí, aceleramos o processo, a previsibilidade, reduzimos os desvios e também tornámos o funcionário acessível à Banca.

Houve alturas que os bancos não davam crédito ao funcionário mas hoje há disputa e como garantia é o facto de aquele funcionário estar a receber via banco. O banco tem o conforto de que sim, este tem capacidade de me pagar porque tem uma remuneração mensal sólida. Isto em alguns aspectos. Acho que, vós próprios na Autoridade Tributária acho que já chegaram a isso, já há alguns pagamentos que se fazem por via de transacção electrónica. Temos o caso da Janela Única que veio simplificar tantos processos.

Na área da melhoria de ambiente de negócios, da prestação de serviços nós estamos a montar a plataforma ao cidadão que vai funcionar nos balcões de Atendimento Único em que vários serviços estarão lá. A pessoa submete um formulário, um pedido, e automaticamente os vários intervenientes comunicam entre si e há um despacho que ele recebe como algo final. Não tem que andar de instituição em instituição. Está-se a trabalhar nisso no âmbito da estratégia de melhoria do ambiente de negócios.

Por outro lado, Moçambique mesmo pelas Nações Unidas foi considerado um exemplo nesta componente de tecnologias de informação que teve uma grande evolução.

Mas, temos ainda os desafios. Os nossos funcionários estão cadastrados através da base de dados nos Distritos. O nosso desafio é assegurar que mais Distritos tenham energia fiável, tenham telecomunicações que é para nós termos mais Distritos com SISTAFE, com bancos, para que mais funcionários possam receber via banco e nós possamos cadastrar os nossos funcionários on-line.

MV: Senhora Ministra, esteve recentemente nas Nações Unidas, na qualidade de Perita das Nações Unidas para a Área da Governação e Administração Pública. O que levou e o que podemos esperar?

VD: É interessante. Parte do

Ministra da Função Pública fala ao Mais-Valia (concl.)

que eu levei partilhei nesta entrevista, é a evolução deste país. Este país hoje já é incontornável no roteiro de boas práticas em governação e administração pública. É um dos países com crescimento económico mais rápido e não é por acaso. Não é apenas em aspectos económicos. Tem a ver com a solidez da sua máquina administrativa. Com a visão de reformas que nós tivemos como país, com a forma de governar, que é uma governação aberta, inclusiva, participativa, com o grande investimento que nós continuamos a fazer no capital humano.

Um dos grandes aspectos que nós defendemos no Comité de Peritos é, por um lado, nós temos o período pós 2015, que é o período pós os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) mas estes objectivos tem que continuar. O que é importante ter em conta quando eles descem para os países é que eles têm que entrar na agenda nacional. A prioridade dos países é a Agenda Nacional. Os países tem agendas nacionais, tem visões, tem políticas, tem estratégias, tem Programas Quinquenais que se desdobram em Planos Económicos e Sociais. E o país também está inserido num mundo global, numa plataforma internacional.

Esta plataforma internacional tem que entrar na agenda nacional. Não pode aparecer como um abcesso que se queira impor aquilo que é nacional. Esta é a primeira abordagem que tem que ser respeitada quando nós traçamos objectivos e agendas internacionais.

O outro aspecto que nós estivemos a ver tendo em conta este desiderato, então a comunidade doadora, os parceiros multilaterais, quando negociam os acordos de cooperação, os projectos de cooperação têm que

ter em conta em primeiro lugar de que existe uma agenda nacional. De que aquele país, aquele governo sabe o que pretende e sabe como fazer para poder alcançar aquilo que são os seus objectivos, as suas metas de desenvolvimento. Então, a ajuda tem que se conformar com aquilo que são as políticas nacionais evitar-se a imposição. Então, aquilo que é a agenda internacional, que sim nós como um país que está numa arena globalizada queremos respeitar são pontos, são visões que em termos de desenvolvimento nós temos. Os nos-

ser uma agenda internacional possa sofrer ou ser prejudicada porque não se soube inserir.

Vimos também que temos que continuar a nível global porque governar é responder aos anseios dos governados. Então, a descentralização, o papel das autoridades locais, a proximidade das autoridades locais às comunidades, porque é ali que se sente o trabalho que uma instituição do Estado, que um Governo esteja a fazer, directamente com a população. Vem aí os mecanismos de diálogo social. Nós levamos a nossa experiência com os Conselhos



Com o Balcão de Atendimento Único (BAU) pretendeu-se racionalizar os esforços do Cidadão no acesso aos serviços públicos (foto: Arquivo)

nos parceiros quando trabalham connosco para os projectos tem que entender que a nossa agenda nacional já absorve estes pressupostos e o seu apoio tem que ser um apoio dirigido aquilo que são os programas nacionais. Portanto, as reformas que acontecem nos países também tem que acontecer na forma de estar, na forma de actuar da comunidade doadora dos parceiros de cooperação, para não haver este sentimento de que há imposição e então de uma ou de outra forma aquilo que possa

Consultivos Locais, o Observatório de Desenvolvimento, a Comissão Consultiva de Trabalho com os Sindicatos, o diálogo com a CTA, as Conferências com o Sector Privado, são as várias plataformas que foram sendo criadas e isto tudo é de diálogo social porque os vários segmentos tem espaço de forma organizada, para focalizarem aquilo que é a sua opinião, aquilo que é o seu pensamento em relação à governação e aquilo que são as contribuições.

E, acima de tudo, as presidên-

www.at.gov.mz

cias abertas e inclusivas, a governação aberta em que o cidadão mais simples, mais humilde, tem o espaço para poder ouvir, para poder dialogar com o nível mais alto de liderança neste país. E, isto se desdobra; os Ministros fazem isto. Tem reuniões gerais com os funcionários, fazem comícios com a população, os Governadores, os Administradores, os Chefes de Posto, os Chefes de Localidade, os Deputados, isto é uma forma de estar, comunicar, ouvir, reajustar e continuar a governar. É só desta maneira que a governação é relevante. E, o facto de Moçambique deste que adoptou a Constituição de 1990 estar a realizar eleições multipartidárias, ter uma estabilidade democrática, isto tudo também tem a ver com a forma de governação e com a forma como a Administração Pública funciona, porque nós como Administração Pública estamos para cumprir com o programa de governação do governo do dia.

É fundamental, que nós continuemos a aumentar a produção e a produtividade. Como Administração Pública a simplificar os processos, a desburocratizar, a assegurar um ambiente são para os investimentos, para que os negócios aconteçam para que a Autoridade Tributária possa recolher mais receitas que vão fortalecer a nossa balança de pagamentos e isto vai contribuir para melhorar as nossas condições de trabalho, o que vai contribuir para o Governo poder investir mais nas áreas de infra-estruturas, nas áreas sociais, na educação, na saúde e melhorar as nossas remunerações. **MV**

Segundo o Banco de Moçambique

Metical fortalece-se face ao Rand

O Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique (CPMO) reuniu-se a 10 de Junho, na sua sexta sessão ordinária do presente ano, tendo apreciado os desenvolvimentos recentes da conjuntura económica e financeira internacional e regional, assim como a evolução dos principais indicadores macroeconómicos e financeiros de Moçambique, com destaque para a inflação e agregados monetários e creditícios. Na mesma ocasião, analisou as projecções de inflação de curto e médio prazos e revelou as medidas de política monetária mais adequadas para garantir o cumprimento do programa macro financeiro de 2013, segundo indica um informe enviado ao Mais-Valia.

Conjuntura económica e financeira internacional e regional

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) divulgou em Maio de 2013 as suas previsões económicas para o presente ano, tendo revisto em baixa o crescimento da economia mundial em 30 pontos base, para 3,1%, apontando para 2014 um crescimento de 4,0%, em linha com as projecções feitas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Dados recentes publicados referentes às economias dos Estados Unidos da América, Japão, Reino Unido e Zona Euro dão conta do abrandamento da contracção da actividade económica na Zona Euro para -0,2% no primeiro trimestre de 2013, uma melhoria em 70 pontos base (pb) quando comparado com o trimestre anterior, desaceleração do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no Japão em 30 pb, para 0,2% no mesmo período. Neste grupo de países, observou-se no mês de Abril de 2013 uma desaceleração generalizada da inflação, para 1,7% nos Estados Unidos da América (EUA), 1,2% na

Zona Euro e 2,4% no Reino Unido, enquanto no Japão a deflação reduziu para 0,7%. As primeiras estimativas reportadas a Maio de 2013 indicam uma ligeira aceleração da inflação na Zona Euro, em 20 pb. O Dólar dos EUA manteve em Maio ganhos nominais face à Libra e Yen, mas depreciou em relação ao Euro. Todos os bancos centrais deste grupo de países, à excepção do Banco Central Europeu, que reduziu em 25 pb a sua taxa, para 0,5%, mantiveram as suas taxas de juro de política.

Para as economias de mercado emergentes do Brasil, China, Coreia do Sul, Índia, e Rússia, dados referentes ao primeiro trimestre de 2013 indicam uma tendência mista na actividade económica, quando comparado com o quarto trimestre de 2012, tendo acelerado para 1,9% no Brasil e para 4,8% na Índia e reduzido para 1,6% na Rússia. Em Abril de 2013, a inflação anual desacelerou na Coreia do Sul, na China, no Brasil e na Índia, para 1,2%, 2,4%, 6,5% e 9,4%, respectivamente, tendo acelerado na Rússia para 7,2%. O Dólar dos EUA apresentou-se forte em relação ao Real (Brasil) e à Rupia (Índia), tendo registado perdas nominais face ao Yuan (China), ao Won (Coreia do Sul) e ao Rublo (Rússia). Os bancos centrais deste grupo de países adoptaram posturas mistas relativamente às taxas de juro de política em Maio de 2013, tendo o do Brasil aumentado em 50 pb, para 8,0% e os da Coreia do Sul e Índia reduzido em 25 pb para 2,50% e em 25pb, para 7,25%, respectivamente. Os bancos centrais da China e Rússia mantiveram as suas taxas de política, em 6,0% e 8,25%, respectivamente.

No que se refere às economias de alguns países da SADC, nomeadamente África do Sul, Angola, Botswana, Malawi, Maurícias, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué, apenas está disponível informa-

ção do crescimento económico referente ao primeiro trimestre de 2013 para a África do Sul, onde se observa um abrandamento em 60 pb quando comparado com o trimestre anterior, para 1,9%. Informação reportada a Abril de 2013 mostra que o indicador de inflação anual tende a desacelerar em praticamente todas as economias da região, destacando os casos da Tanzânia e Angola, que consolidaram a inflação na banda de um dígito (9,4% e 9,0%, respectivamente) e o Malawi onde este indicador se apresenta como o mais alto da região (35,8%), ainda que tenha desacelerado. Nas Maurícias e na África do Sul, a inflação manteve-se em 3,6% e 5,9%, respectivamente. Nestas economias, o Dólar dos EUA manteve ganhos nominais face à generalidade das moedas, sendo que para o caso do Kwacha do Malawi, a depreciação desacelerou no mês em 116,1 pontos percentuais (pp) para 20% no final de Maio de 2013. No período em análise, as taxas de juro dos Bilhetes do Tesouro para a maturidade de 91 dias registaram aumentos na Tanzânia e Zâmbia e reduziram nas restantes economias analisadas. Nos mercados internacionais, dados referentes a Abril de 2013 mostram que os preços médios das principais mercadorias com peso significativo na conta parcial de bens da balança de pagamentos de Moçambique tiveram tendência para redução, em termos mensais, com excepção do preço do gás natural, que aumentou em 2,5%. Em termos anuais, os preços do milho e trigo mantiveram a tendência para agravamento, ao incrementarem em 2,0% e 15,0%, respectivamente, tendo os preços das restantes mercadorias, como os do açúcar, carvão térmico, Brent, alumínio, gás natural e carvão metalúrgico, reduzido. No último dia de Maio do corrente ano, o barril de Brent esteve cotado a USD 100,83, o que representa uma

queda de 1,8% comparativamente ao fecho do mês anterior, tendo o preço desta matéria-prima passado para USD 104,32 no dia 7 de Junho de 2013.

Desenvolvimentos na Economia de Moçambique

Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) reportam que em Maio de 2013 o Índice de Preços no Consumidor (IPC) da cidade de Maputo registou, pela primeira vez no presente ano, uma variação mensal negativa (0,41%), após uma variação positiva de 0,60% no mês anterior e uma variação também negativa de 0,44% em igual período de 2012. Não obstante, a inflação anual incrementou ligeiramente (4 pb) e fixou-se em 5,10%, mantendo, deste modo, a tendência ascendente iniciada em Fevereiro de 2013. Idêntico comportamento assumiu a inflação média anual que se fixou em 2,74%, após 2,44% no mês anterior. A análise do cabaz de produtos permite observar que a inflação em Maio reflectiu a variação dos preços da classe dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, com uma contribuição negativa de 0,61 pp, amortecida pela variação positiva dos preços da classe de habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis, com 0,21 pp. De entre os produtos cujos preços variaram negativamente no mês em referência destacam-se os produtos frescos, a assinalar o início da época fresca, a exemplo do tomate, repolho, pepino, couve, pimento, feijão-manteiga e batata reno, para além do coco e peixe fresco, sendo que a maior partes destes são de produção nacional. Contrariaram esta tendência a variação positiva dos preços de carvão vegetal, cebola e arroz. Relativamente ao IPC de Moçambique, que agrega os índices de preços das cidades de Maputo (-0,41%), Beira

Metical fortalece-se face ao Rand (concl.)

(-1,74%) e Nampula (0,19%), observou-se uma variação mensal negativa de 0,42% em Maio de 2013, após um incremento mensal positivo de 0,25% no mês anterior. Em termos anuais, a inflação Moçambique situou-se em 4,90% em Maio, mais 11 pb que em Abril de 2013. A inflação média anual manteve a trajectória ascendente, ao passar de 2,64% em Abril para 2,85% em Maio último.

A análise económica sugere que a inflação observada em Maio de 2013 reflecte a tendência para a recuperação de frutas e vegetais no mercado doméstico, seriamente afectada pelos dois primeiros meses do ano caracterizados por calamidades naturais, associada à variação em baixa dos preços médios de algumas commodities no mercado internacional e pela maior estabilidade do Metical vis-à-vis o Dólar dos EUA e o fortalecimento da moeda nacional face ao Rand no mercado cambial doméstico.

Segundo o INE, em Abril de 2013 observou-se uma recuperação ténue do indicador de clima económico, depois de alguma deterioração no mês precedente, justificada pelas expectativas positivas de emprego, que contrariaram o comportamento descendente das perspectivas de procura pelo quarto mês consecutivo. A nível sectorial, o ligeiro incremento do indicador síntese deveu-se à avaliação favorável quanto à evolução da produção industrial pelo terceiro mês consecutivo, bem como a melhoria da confiança nos sectores de alojamento e restauração e de outros serviços não financeiros, suplantando assim as avaliações pessimistas nos sectores de transportes, construção e comércio.

No sector monetário, dados provisórios referentes a Maio de 2013 indicam que o saldo da base monetária, variável opera-

cional da política monetária, expandiu em 1.597 milhões no período, fixando-se em 40.399 milhões de Meticais no final do mês, 1,7% acima do saldo previsto para o período. O comportamento deste agregado em Maio deveu-se ao acréscimo das reservas bancárias em 408 milhões e das notas e moedas em circulação em 1.189 milhões de meticais, este último a reflectir a pressão sobre a caixa do Banco de Moçambique e dos bancos comerciais, associado às campanhas de comercialização agrícola, principalmente do tabaco. Em termos homólogos, a Base Monetária incrementou em 8.128 milhões de Meticais, equivalente a uma expansão de 25,2%.

Dados preliminares das contas monetárias indicam que em Abril de 2013 o endividamento do sector privado junto do sistema bancário nacional aumentou em 3.010 milhões de Meticais, para um saldo de 125.368 milhões, correspondente a uma variação anual de 27,3%. Nos primeiros quatro meses do ano, este agregado aumentou, em termos líquidos, em 9.107 milhões de Meticais e em termos homólogos o incremento foi de 26.875,6 milhões de Meticais.

Por seu turno, o agregado Meios Totais de Pagamento (M3), composto pelas notas e moedas em circulação e depósitos de residentes, excluindo os do Estado, expandiu em 3.233 milhões de Meticais, tendo-se o seu saldo situado 186.971 milhões no final de Abril de 2013, correspondente a um incremento anual de 27,8%.

No sector externo, informação provisória reportada a 31 de Maio de 2013 indica que o saldo das reservas internacionais líquidas reduziu no mês em USD 13,2 milhões, para USD 2.198,8 milhões. O desgaste no período foi justificado, essencialmente, pelas vendas líquidas efectuadas pelo BM no Mercado Cambial Interbancário, no montante de USD 14,8 milhões, por pagamentos diversos efec-

tuados a favor do Estado no montante de USD 8,5 milhões, pelo pagamento do serviço de dívida externa pública no valor de USD 5,4 milhões e ainda por perdas cambiais potenciais no valor de USD 65,6 milhões. As reservas internacionais líquidas beneficiaram no período dos desembolsos de ajuda externa para apoio directo ao Orçamento no total de USD 50,6 milhões e por desembolsos líquidos a favor de projectos diversos do Estado, no valor de USD 31,5 milhões.

No MCI, o Metical foi cotado em 29,91 face ao Dólar dos EUA no último dia de Maio, o equivalente a uma apreciação mensal de 0,37%, após 0,20% registada no mês anterior, a reflectir maior disponibilidade de divisas no mercado, o que tem estado a contribuir para atenuar a depreciação acumulada e anual, que reduziu para 1,36% e 7,47%, respectivamente.

No mesmo dia, o Metical foi cotado em 2,95 por Rand, correspondendo a um ganho nominal mensal da moeda nacional de 11,68% face à moeda sul-africana, tendo-se a apreciação acumulada e homóloga situado em 15,71% e 9,51%, respectivamente.

Em Maio, no Mercado Monetário Interbancário (MMI), as taxas de juro médias ponderadas das subscrições dos Bilhetes do Tesouro para as maturidades de 91, 182 e 364 dias incrementaram em 65 pb, 99 pb e 120 pb, respectivamente, para 3,59%, 5,73% e 6,20%. Em termos anuais, as taxas de juro observadas no mês representam reduções de 48 pb, 23 pb e 67 pb para os títulos com os prazos de 91, 182 e 364 dias, respectivamente. Por seu turno, a taxa de juro média das permutas de liquidez entre as instituições de crédito no MMI registou um acréscimo de 3pb, para 3,18%, o que em termos anuais traduz uma redução de 1,82 pp.

A informação estatística provisória reportada a Abril de 2013 indica que a taxa de juro média

Doe Sangue e
salve Vidas...



nominal de empréstimos praticada pelos bancos comerciais nas suas operações com o público, com prazo de um ano, reduziu em 7 pb, tendo por base a informação actualizada do mês anterior, para 19,77%. Para a mesma maturidade, a taxa de juro média dos depósitos incrementou no mês em 6 pb, para 10,23%. Ainda em Abril de 2013, a prime rate média do sistema bancário situou-se em 15,35%, cifra idêntica à observada no mês anterior. No entanto, dados provisórios mais recentes, referentes a Maio de 2013 apontam para uma redução de 9 pb na prime rate média do sistema bancário.

Política Monetária

O CPMO tomou nota da melhoria no comportamento da inflação, reflectindo a recuperação gradual dos efeitos das calamidades naturais que assolaram o país no início do presente ano, o que, conjugado com as projecções de curto prazo mais recentes para este indicador, permite que se prossiga com as medidas de alinhamento das taxas de juro, no quadro dos objectivos macroeconómicos estabelecidos para 2013. Neste contexto, o CPMO deliberou continuar a intervir nos mercados interbancários visando assegurar o cumprimento da meta da base monetária, fixada em 40.787 milhões de Meticais, no final de Junho de 2013, bem como reduzir, com efeitos imediatos, a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência em 50 pontos base, para 9,0% e também, com efeitos imediatos, a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos em 50 pontos base, para 1,75%. O CPMO deliberou ainda pela manutenção do coeficiente de Reservas Obrigatórias em 8,0%. **MV**

Reflexão: Reavaliação de Activos Tangíveis

por Carlos Matlava*

A economia de Moçambique, como a de qualquer outro país, está sujeita à inflação. Este fenómeno bastante danoso falseia a gestão das empresas, dando-lhes a ilusão de realizar lucros, quando estes são apenas nominais, deformando os cálculos de rentabilidade e fazendo incidir os impostos sobre ganhos fictícios. Falseia igualmente a estimação do seu valor patrimonial. A médio e longo prazo o fenómeno contribui para a falência das empresas, principal fonte de receitas fiscais e consequente inoperacionalidade das políticas fiscais que têm como centro o imposto.

Os efeitos de inflação na economia

A inflação tem vários efeitos sobre a economia e sobre as empresas em particular. Os efeitos da inflação podem ser vistos sob ponto de vista económico e financeiro, o que requer estudos permanentes visando encontrar formas de atenuar os prejuízos dela resultantes. No presente trabalho limitamo-nos a apresentar alguns dos efeitos julgados comuns na vida econó-

de venda dos produtos acabados;

- As amortizações ou reintegrações anuais das imobilizações são geralmente calculadas com base no seu preço de compra ou no valor resultante de reavaliações legalmente consentidas; ora acontece que quer na primeira como na segunda hipótese, os custos correspondentes à depreciação das imobilizações são inferiores àqueles que corresponderiam à prática de amortizações calculadas com base no preço de substituição das imobilizações.

Estes efeitos económicos da inflação e desvalorização da moeda exigem um controlo sistemático dos preços de aquisição de todos os factores produtivos, para que a sua repercussão sobre os preços de venda dos produtos acabados seja total e imediata; a não repercussão dos aumentos dos preços dos factores sobre os preços de venda pode resultar de deficiências existentes na gestão das empresas, do comportamento

ção e desvalorização da moeda mais importantes são os seguidamente analisados:

- As taxas de juro são geralmente indexadas à taxa da inflação, o que se reflecte numa elevação dos custos financeiros de financiamento e na consequente necessidade da sua imediata e total repercussão sobre os preços de venda;
- Em períodos de desvalorização monetária, os empréstimos externos podem revelar-se extremamente onerosos, importando proceder à constituição de provisões anuais para a cobertura dos riscos cambiais;
- Em épocas de instabilidade monetária, as disponibilidades e os créditos concedidos aos clientes geralmente registam uma redução de valor (prejuízo latente) passando-se o inverso com os valores das existências e do crédito corrente obtido (lucros latentes). Desta forma assumem especial importância as reduções criteriosas do nível das disponibilidades

constituição de provisões anuais para a reconstituição destes capitais, obviamente, no pressuposto de que a empresa é rentável (Menezes, 1996).

Como se pode ver dos parágrafos acima, a inflação tem efeitos danosos sobre a economia das empresas e exige que os gestores estejam permanentemente dedicados à gestão das suas finanças, buscando a melhor forma de optimizá-las. Embora os gestores de empresas possam dedicar-se permanentemente à optimização dos seus recursos financeiros, tal pode não garantir sucesso devido a políticas governamentais que muitas vezes não se mostram favoráveis. A título de exemplo e para o assunto em apreço, o Governo devia colaborar com os gestores na manutenção da vida das empresas permitindo, sempre que a inflação atinge dois dígitos, que se proceda à reavaliação do imobilizado corpóreo.

Apreciação geral do fenómeno de inflação em Moçambique

Anos	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Inflação	139,7	55,00	40,00	47,10	40,00	54,48	43,63	70,23	54,11	16,57	5,80	1,31	4,81	11,40	21,90	9,10	11,44	8,35	13,07	8,13	12,10	11,82	2,25

mica e financeira das empresas.

Efeitos económicos

A rentabilidade real das empresas (e mesmo a rentabilidade nominal) pode ser afectada, em períodos de inflação ou desvalorização da moeda, pelas razões que seguidamente passamos a enumerar:

- Os aumentos dos custos de exploração totais (industriais, de administração e financeiros de funcionamento) não são, regra geral, imediata e totalmente repercutidos sobre os preços

Evolução da Inflação em Moçambique no intervalo temporal 1987-2009 (fonte: Carlos Matlava)

da concorrência ou de limitações de natureza legal (preços controlados), o que obrigará os gestores a concentrarem-se na reorganização e melhoria do controlo das suas empresas, assim como na obtenção de todos os ganhos de produtividade possíveis, como forma compensatória da não actuação do referido mecanismo de repercussão (Menezes, 1996).

Efeitos financeiros

Os efeitos financeiros da infla-

e do prazo médio de recebimento e o cuidadoso alargamento do prazo médio de pagamento; e

- As necessidades financeiras resultantes dos investimentos de substituição ou manutenção em capital fixo são geralmente crescentes, o que apresenta um efeito financeiro idêntico ao anteriormente referido.

Finalmente, importa referir que os capitais próprios das empresas tendem a degradar-se, o que apenas se evitará através da

Desde o tempo colonial até 1986, Moçambique conheceu efeito inflacionário, de alguma forma, menos danoso se avaliarmos os níveis registados e os efeitos causados. No período pós-independência, Moçambique conheceu uma relativa estabilidade monetária garantida pelas políticas centralmente definidas; referimo-nos a taxas de câmbio fixadas, preços centralmente estabelecidos.

Desde 1987, altura de liberalização económica, Moçambique tem vivido momentos muito conturbados devido à inflação que tem vindo a afectar a economia nacional, em especial a

Reflexão: Reavaliação de Activos Tangíveis (cont.)

das empresas, principais produtoras de riqueza.

O ano de 1987 é um marco histórico muito significativo na economia de Moçambique, tendo sido neste ano em que se registou a inesquecível hiperinflação jamais vista no país, a qual chegou aos 139,7%. Desde aquele ano o país passou a registar índices de inflação a níveis de dois dígitos.

A inflação em Moçambique esteve sempre relacionada com os baixos níveis de produção aliados a cheias e secas cíclicas e agravadas pela guerra civil que viria a terminar com o acordo de Roma em Outubro 1992. A década de 90 foi também bastante conturbada, tendo registado níveis muito altos de inflação em toda sua primeira metade. Embora se tenha registado inflação a um dígito na segunda metade da década de 90, esta situação não perdurou e a inflação a dois dígitos voltou a registar-se em 2000 ao atingir 11,4% e 21,9% em 2001, devido fundamentalmente a calamidades naturais. A segunda metade da década passada foi também má, tendo sido registados níveis de inflação que variaram de 8,13% a 13,07%.

A inflação e os valores históricos dos activos tangíveis

Regra geral, os planos de contabilidade obrigam a que o activo imobilizado seja registado com base no seu custo histórico. Este custo não reflecte o valor real dos bens, daí que o património das empresas reflectido nos seus balanços não corresponde ao seu valor de mercado. Embora o novo Plano Geral de Contabilidade estabeleça o princípio de justo valor, o mesmo não é aplicável para efeitos de determinação do lucro tributável e continua a prevalecer a contabilização com base no custo histórico, o qual se mostra prejudicial para a economia das

empresas.

Com vista a atenuar o efeito inflacionário sobre o património das empresas, torna-se necessário proceder à reavaliação dos activos tangíveis, para que estes possam reflectir um valor aproximado ao do mercado e garantir que as reintegrações calculadas estejam próximas do custo real relativo ao desgaste dos activos afectos ao processo produtivo e com vista a garantir que, a médio e longo prazos, as empresas possam proceder à reposição dos equipamentos obsoletos.

A reavaliação dos activos tangíveis e a fiscalidade

A reavaliação é uma medida administrativa que visa minimizar os efeitos negativos da inflação sobre o activo imobilizado das empresas e consiste em corrigir os valores históricos e respectivas reintegrações acumuladas, aproximando-os aos do mercado.

O acréscimo das reintegrações resultantes da reavaliação conduz, em termos meramente contabilísticos, ao aumento dos custos de produção e operacionais do exercício e consequente redução da matéria colectável, o que exige esforço por parte do Governo na busca de alternativas para atenuar o nosso elevado nível do défice orçamental. Embora conscientes da redução da matéria colectável que resultará dos custos de reintegrações que vão aumentar, como resultado da reavaliação, está claro que o objectivo do Governo é garantir a manutenção das fontes geradoras de impostos – as empresas. Aliás, esta intenção está bem evidenciada no artigo 22 do Código do IRPC ao definir o custo ou perda fiscalmente aceite como sendo aquele que tenha sido incorrido com vista à obtenção de proveitos ou ganho e para a manutenção da fonte produtora.

As matérias de reavaliação dos activos tangíveis são complexas, o que exige a necessidade de se avaliar previamente os

impactos das medidas de reajustamento monetário e financeiro que resultarão da reavaliação, tendo em conta a desvalorização da moeda ocorrida no período posterior ao da última reavaliação autorizada.

Embora conscientes da relativa perda da receita que resultará da reavaliação, considera-se oportuno autorizar a reavaliação dos activos tangíveis, mediante definição do quadro normativo a aplicar, com a inerente imediata produção de efeitos fiscais, para atenuar-se os efeitos da inflação sobre activos tangíveis há muito não reavaliados.

A primeira reavaliação dos activos tangíveis das empresas, permitida para efeitos fiscais com carácter geral, foi realizada ao abrigo do Decreto nº 13/87, de 11 de Novembro, e reportada a 31 de Dezembro de 1988, e produziu efeitos, em termos de reintegrações, a partir do exercício de 1989. Esta reavaliação foi seguida pela de 1993, autorizada ao abrigo do Decreto nº 33/93, de 30 de Dezembro, a qual autorizou a reavaliação reportada a 31 de Dezembro de 1993 e as reintegrações a partir do mesmo ano.

Decorridos 18 anos desde a data da última reavaliação e, tendo se registado continuamente inflação, que em alguns anos atingiu níveis de dois dígitos, torna-se necessário aprovar diploma legal que autorize a reavaliação do imobilizado corpóreo das empresas, com vista a garantir justiça na tributação de rendimentos.

Importância da reavaliação dos activos tangíveis

A reavaliação dos activos tangíveis das empresas é uma operação muito importante, tanto para os agentes económico como para o Governo. Ao reavaliar os activos tangíveis, as empresas passam a visualizar o real valor do seu património e ainda passam a calcular as reintegrações com base no valor real dos activos tangíveis.

As reintegrações calculadas

com base no valor reavaliado dos activos tangíveis permitem a reposição da capacidade produtiva no final da vida útil do bem, para além do necessário auto financiamento resultante, de custos não desembolsáveis. Em resumo, a reavaliação dos activos tangíveis garante a continuidade das empresas e garante que o Estado mantenha suas fontes de receitas fiscais.

A falta de reavaliação do imobilizado corpóreo leva a que as empresas declarem lucros fictícios, resultantes de custos baixos (de reintegrações). Esta situação, quando prevalece por longo tempo, concorre para a ruína das empresas e incapacidade de reposição da sua capacidade produtiva no final da vida útil do imobilizado corpóreo.

Conclusão

Estamos conscientes de que a reavaliação do imobilizado corpóreo das empresas implicará aumento dos custos de reintegrações e consequente redução da matéria colectável de impostos sobre rendimentos, mas tal é de se menosprezar se tomarmos em conta que a pretensão do Governo é garantir que as fontes de receitas as empresas perdurem.

Decorridos 18 anos após a última reavaliação de imobilizado corpóreo autorizada pelo Governo e considerando os níveis de inflação que se registaram nos anos 90 e ao longo da década passada, mostra-se necessário proceder à aprovação de um instrumento legal que autorize a reavaliação dos activos tangíveis.

Paralelamente à reavaliação dos activos tangíveis, mostra-se necessário aprovar os coeficientes de desvalorização da moeda que se destinarão à reavaliação dos activos tangíveis e ainda à determinação das mais e menos valias fiscais, as quais permitem calcular imposto sobre rendimentos reais, resultantes das mais-valias fiscais.

Doe Sangue e
salve Vidas...



Reflexão: Reavaliação de Activos Tangíveis (concl.)

* *Gestor e Auditor Fiscal*

Bibliografia

- *Borges et al. 2002, Elementos de Contabilidade Geral, 19ª Edição, Áreas Editora, Lisboa*
- *Costa, C.B., 1998, Auditoria*

Financeira, Teoria e Prática, 6ª Edição, Rei dos Livros, Lisboa.

- *Código do Imposto Sobre Pessoas Singulares (CIRPS), Lei nº33/2007*
- *Código do Imposto Sobre Pessoas Colectivas (CIRPC), Lei nº34/2007*

- *Regulamento do Código do IRPC, Decreto nº 9/2008*
- *Regulamento do Código do IRPC, Decreto nº 8/2008*
- *Decreto 13/88 de 11 de Novembro do Conselho de Ministros.*
- *Decreto 33/93 de 30 de Dezembro do Conselho de*

Ministros.

- *Diploma Ministerial 22/89 de 22 de Fevereiro do Ministro das Finanças.*
- *Menezes, H.C. (1996), Princípios de Gestão Financeira, Editorial Presença, Lisboa.*
- *Ministério das Finanças – DNIA, 1990, Revista Fiscal nº 7.*
- *Portaria 20817, de 27.01.1968, Legislação Sobre Reintegrações e Amortizações.*
- *Banco de Moçambique (2003), Staff Paper nº 18, de Fevereiro de 2003MV*

Modernização Tecnológica da AT na era do “Paperless”

Por Marcos Miguel*

A Reforma do Sector Público iniciada a partir de 2002, com a aprovação da Lei nº 9/2002, de 12 de Fevereiro, criou o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE) com inúmeras finalidades dentre as quais, se destacam a melhoria da prestação de serviços públicos e integração regional.

Foi no decurso da reforma de 2002 que foi criada a UTRAFE – Unidade Técnica de Reforma da Administração Financeira do Estado com o objectivo de coordenar, desenvolver e manter o sistema de administração financeira do Estado.

Na reforma fiscal de 2002 com introdução de novos impostos sobre o rendimento foi desenvolvido o SICR – Sistema Interino de Cobrança de Receitas adoptado com o objectivo de criar condições para que as DAFs e Postos de Cobrança passassem a trabalhar dentro da mesma plataforma que seria aperfeiçoada ao longo do tempo. Recuando no tempo podemos constatar que há antecedentes que revelam que o governo de Moçambique vem implementando reforma aduaneira desde 1997, que deu lugar ao funcionamento do sistema TIMS – Technology Inteligency Management System concebido para a gestão e cobrança das receitas aduaneiras, portanto sendo do uso da Alfândegas de Moçambique.

Em 2007, a AT aprova o Plano de Desenvolvimento de Tecnologias de Informação (PDTI) para a DGA e DGI, a partir do

qual foram desenhados 2 sistemas:

- A nível do comércio internacional foi criado o Projecto Janela Única para a gestão e cobrança das receitas aduaneiras o qual está em curso.
- Na área dos impostos internos foi aprovado o Projecto E-tributação o qual passará a operar na plataforma do ETPM – Enterprise Taxation Policy Management.

A modernização tecnológica prosseguida pela AT visa criar condições para a maximização das receitas do Estado, facilitação do comércio legítimo e a melhoria do ambiente de negócios. É através desta modernização que se pretende introduzir a facilitação de processos de submissão electrónica das declarações de rendimentos, das demonstrações financeiras e dos demais documentos que atestam a veracidade das declarações o que poderá contribuir para gerar maior comodidade no cumprimento das obrigações fiscais.

O sistema integrado de gestão tributária do E-tributação preconiza a conexão dos sistemas externos relevantes com o Projecto Janela Única, com o sistema das administrações autárquicas e com a plataforma Integrada dos Órgãos da Administração Pública onde estarão interligados os diversos serviços prestados pelos diferentes Ministérios, nomeadamente, MIC, MJ, MINT, MICOA, MINEC, etc.

Através da Plataforma Integrada pretende-se não só a partilha de informação disponível nas bases de dados destas entidades, mas conferir maior transparência e melhor gestão de todos os processos que permitam conhecer o ciclo de vida dos seus utentes, que neste caso são as pessoas singulares e pessoas colectivas, diminuir a fuga ao fisco e o desvio de receitas.

A outra componente relevante nesta reforma é o processo de atribuição de NUIT via Portal do Contribuinte por parte de quem tenha acesso a Internet sem haja necessidade de preenchimento do modelo de declaração de NUIT, desde que os sistemas estejam interligados e possam validar os dados submetidos que condicionam a atribuição do NUIT. O facto curioso é que basta uma empresa iniciar o registo nas entidades legais todas as instituições do Estado passarão a saber deste facto e poderão facilitar os passos subsequentes sem precisar de apresentar novamente os documentos que comprovem a existência desta entidade.

Outra inovação derivada da modernização tecnológica é a notificação electrónica principalmente para as pessoas colectivas numa primeira fase, o reduz os custos de deslocação, papel e tempo para o domicílio do contribuinte.

É um facto que a modernização tecnológica é um custo pelo facto de ser um investimento

bastante oneroso que visa a aquisição de equipamento informático, construção de infraestruturas informáticas, treino e disseminação de informação para o público em geral. A grande expectativa que a Administração Tributária tem é o retorno, que os ganhos sejam maiores. A administração Tributária espera ser compensada pela melhoria dos níveis de arrecadação de receitas e na prestação de serviço ao contribuinte, na simplificação dos procedimentos tributários, redução dos custos de cumprimento das obrigações tributárias, redução de tempo de espera, melhoria do acesso aos serviços tributários, pagamento de impostos via Bancos Comerciais, redução gradual dos custos de produção, impressão e distribuição dos diversos formulários, a redução de trabalho administrativo o que permitirá a orientação de mão-de-obra para outras áreas principalmente para a auditoria. A modernização tecnológica permitirá através do Portal do Contribuinte que sejam disponibilizados os serviços de registo de declarações anuais de rendimentos e de guias de pagamento de impostos, informação sobre a legislação e procedimentos fiscais e aduaneiros, por exemplo procedimentos para importação de mercadorias, procedimentos para pedido de reembolso, etc.

Em suma a modernização tecnológica permitirá incrementar a qualidade de serviços prestados aos contribuintes e diminuir a carga de trabalho administrativo nas DAFs e Postos de Cobrança.

Um denominador comum em todas as operações que serão empregues nos serviços da administração tributária é o não

uso de papel, não preenchimento de modelos tributário enquanto regime regra. A excepção continuará a ser o uso de papel dadas as insuficiências de acesso a Internet que abrange cerca de 66% da população moçambicana que na sua maioria reside fora das áreas urbanas. Tendo em conta que a população moçambicana é de

cerca de 24 milhões de habitantes, dos quais aproximadamente 2.400.000 estão registados no sistema fiscal.

Portanto a modernização tecnológica tem o mérito de extinguir o uso de papel enquanto elemento de conservação de informação dando origem a era digital na qual toda a informação em papel passa a ser digitaliza-

da, o que traz enormes vantagens que levam a extinção de arquivos de papel e redução de custos de manutenção e gestão desses arquivos sendo a adopção de arquivos digitais uma solução economicamente aceitável. **MV**

* *Coordenador Nacional do Cadastro e ISPC*

Ecos do VII Seminário: Electrificação Rural em Moçambique

Encerrando a nossa reportagem sobre VII Seminário da Matola Sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira, que teve como lema a “Valorização dos Recursos Humanos como Factor Decisivo na Tributação dos Recursos Naturais em prol do Desenvolvimento Económico” de 15 de Março corrente, dissertamos hoje à volta da temática trazida por uma palestra subordinada ao tema “Impacto da Electrificação Rural na Formação das Receitas Públicas” apresentada pelo Director Nacional de Energia, Eng. Pascoal Bacela, que se fez presente naquele evento em nome do seu Ministério.

Já em 1994, os especialistas na matéria R. S. Pyndick e D. L. Rubinfeld, defendiam que os esforços públicos no sentido da promoção da electrificação rural têm sido legitimados, em especial, pelas externalidades sociais positivas. O sistema de tarifas de energia funciona eficientemente porque os preços de mercado transmitem informações tanto a produtores quanto aos consumidores. Entretanto, em alguns casos, os preços de mercado não reflectem o que realmente acontece entre produtores ou entre consumidores. Uma externalidade ocorre quando uma actividade de produção ou de consumo produz um efeito indirecto sobre outras actividades de consumo ou de produção, o qual não está directamente reflectido nos preços de mercado. Um exemplo de externalidade é o custo que a sociedade

paga pela poluição ambiental causada por uma empresa de produtos químicos para uso

siderada como uma estratégia de desenvolvimento, independentemente da tecnologia



Para expansão da rede eléctrica é imperioso apostar em novas linhas de média tensão (arquivo: P. Bacela)

industrial. Não havendo intervenção governamental, tal produtor não teria estímulo algum para levar em consideração o custo social da sua poluição. Por outro lado, já os académicos C. Gouvello e Y. Maigne, mostravam em 2003 que a electrificação rural sempre foi con-

empregada, entretanto nem sempre é fácil identificar a sua real contribuição na melhoria da vida das pessoas beneficiadas particularmente nos países em desenvolvimento, onde se verificam inúmeras restrições económicas e sociais. A população rural sem acesso à energia

eléctrica de forma regular e segura, na utilização de equipamentos para atender suas necessidades de informação e iluminação, recorre ao uso de pilhas secas, baterias de carro, pequenos geradores, entre outros. Tais fontes de energia possuem baixo valor unitário de compra e são suportáveis pelos orçamentos de famílias rurais. No entanto, ao se avaliar os custos relativos de tais investimentos energéticos, em relação ao custo do fornecimento pela rede de energia eléctrica, é possível verificar que a pilha seca fica 1.800 (baterias grandes) a 7.700 (baterias pequenas) vezes mais cara.

Em relação aos aspectos sociais, a energia eléctrica possui um reflexo directo sobre a mitigação da pobreza (e das más condições oriundas da pobreza), as oportunidades para as mulheres e a urbanização. A melhoria de vida da população camponesa depende de condições de desenvolvimento local; de infra-estrutura básica que permita o atendimento de suas famílias. Ao electrificar uma região, novas clínicas e escolas podem ser criadas. Os serviços de saúde dependem directamente da energia para conservar vacinas e medicamentos, bombear água, esterilizar os materiais, refrigerar ou aquecer o ambiente e para manter uma equipa de saúde no local. Relacionando, por exemplo, esse serviço às Metas do Milénio, que foram lançadas em Setembro de 2000, mensuradas em oito indicadores, com o objectivo principal de reduzir a pobreza, melhorar a saúde, promover

Ecoss do VII Seminário: Electrificação Rural em Moçambique (cont.)

a paz, os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental de acordo com um relatório do PNUD de 2003. Mas nenhuma meta foi traçada explicitamente sobre energia.

No entanto, todos indicadores precisam de potencial energético para serem alcançadas, algumas indirectamente. Das metas acordadas, inclusive pelo nosso país, estão: erradicar a pobreza e a fome extremas; alcançar a educação primária universal; promover a igualdade de género

linha de pobreza. Note-se que linha de pobreza de renda pode ser classificada como nível de renda que define a população pobre de um país.

Geralmente, se considera um determinado nível de consumo de bens essenciais e quanto esse conjunto representa em termos monetários. Aqueles que recebem menos do que tal montante em dinheiro estarão abaixo da linha de pobreza. Mas os cientistas sociais R. P. Barros, R. Henriques e R. Mendonça, em

i.e., a pobreza é múltipla e se estende a outras esferas. Apesar de ser tratada de forma recorrente como derivada da insuficiência de renda, a pobreza deve ser entendida como um fenómeno multi-dimensional, podendo ser subdividido nas seguintes áreas:

- Fraqueza física (subnutrição, ausência de força, saúde precária, incapacidade, alta taxa de dependência dos adultos activos);

A Energia é um ingrediente essencial para o desenvolvimento, sendo esta uma das aspirações fundamentais dos países da América Latina, Ásia e África. O consumo de energia pode ser usado como um indicador da importância dos problemas que afectam tais regiões, onde se encontram 70% da população mundial como defenderam em estudo J. Goldenberg no ano 1998.

Nos países em desenvolvimento, particularmente os mais

PAÍS / ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Suécia	15225	14514	15679	15194	15011	15341	15617	15258	14769	14746	14822	14798	14510
Espanha	4258	4734	5019	5231	5223	5413	5723	5978	6275	6813	5936	5905	5686
África do Sul	4018	3955	4158	4236	4241	4271	4467	4704	4948	4921	4380	4389	4347
Tunísia	786	894	974	982	977	7	1057	1067	1035	1025	1114	1110	1163
Zâmbia	669	606	586	529	521	474	464	583	739	727	656	636	551
Moçambique	53	15	47	79	73	260	531	458	448	440	460	442	432
Tanzânia	46	58	70	76	75	69	79	60	55	54	75	74	73

Quadro Comparativo de Consumo de Electricidade kWh per capita (fonte: P. Bacela)

reduzir a mortalidade infantil; Reduzir dois terços da taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos entre 1990 e 2015; melhorar a saúde materna; combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças; assegurar a sustentabilidade ambiental e melhorar significativamente a qualidade de vida, inalcançáveis num contexto de pobreza energética.

Pobreza Energética

A literatura económica considera a pobreza, na sua dimensão particular, a insuficiência de renda, isto é, há pobreza apenas na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar per capita inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas. Neste sentido, a magnitude da pobreza está directamente relacionada ao número de pessoas vivendo em famílias com renda per capita abaixo da linha de pobreza e à distância entre a renda per capita de cada família em situação de pobreza e a

trabalho publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol.15 N. 42, Fevereiro/2000 desenvolveram endogenamente a *linha de indigência* como uma referência à estrutura de custos de um cabaz alimentar, regionalmente definido, que contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo, no valor de US\$ 38,18. Ainda no mesmo trabalho os autores sugerira que a *Linha de Pobreza* fosse calculada como um múltiplo da *Linha de Indigência*, considerando os gastos com alimentação como uma parte dos gastos totais mínimos, referentes, entre outros, a vestuário, habitação e transporte, chegando ao valor de US\$ 76,36. Outros autores utilizaram como referência o ½ salário mínimo de então como patamar da *Linha de Pobreza* (US\$ 75) ou, ainda, US\$ 1/dia per capita.

Por conseguinte, o entendimento da pobreza não se deve limitar apenas à questão da renda,

- Isolamento (localidade isolada, ignorância, ausência do acesso a informação ou conhecimento);
- Renda (insuficiência de renda);
- Energética (insuficiência ou ausência do fornecimento de energia);
- Vulnerabilidade (aumento da exposição a riscos de desastres naturais);
- Impotência (escolhas, adaptação).

Naturalmente as faces da pobreza não se limitam ao exposto acima, porém são fortemente retratadas quando consideradas a insuficiência de renda e de escolhas, sendo incipiente a questão energética. Deve-se reconhecer que existem pobreza de diferentes tipos no mundo, afectando as pessoas de forma distinta, provocada por diversas causas e requerendo políticas públicas também distintas.

afectados pela insuficiência de renda, quando comparados aos países desenvolvidos, as condições sociais são mais agravantes, tendo em vista que a expectativa de vida é 30% menor, a mortalidade infantil é superior a 60 por 1.000 nascimentos, o analfabetismo supera a taxa de 20%, o número médio de filhos é superior a dois, entre outras questões.

A pobreza deve ser o foco de um conjunto de políticas públicas específicas, não apenas no sentido de mitigá-la, mas sim erradicá-la. Mais ainda, observa-se que o contingente de pessoas em situação de extrema pobreza ainda é alto, atingindo no caso de Moçambique uma população de mais 18 milhões de moçambicanos. A ausência de acesso a fontes modernas de energia agrava a pobreza, especialmente no campo, onde as oportunidades são escassas, tornando a população do campo impotente diante da sua exclu-

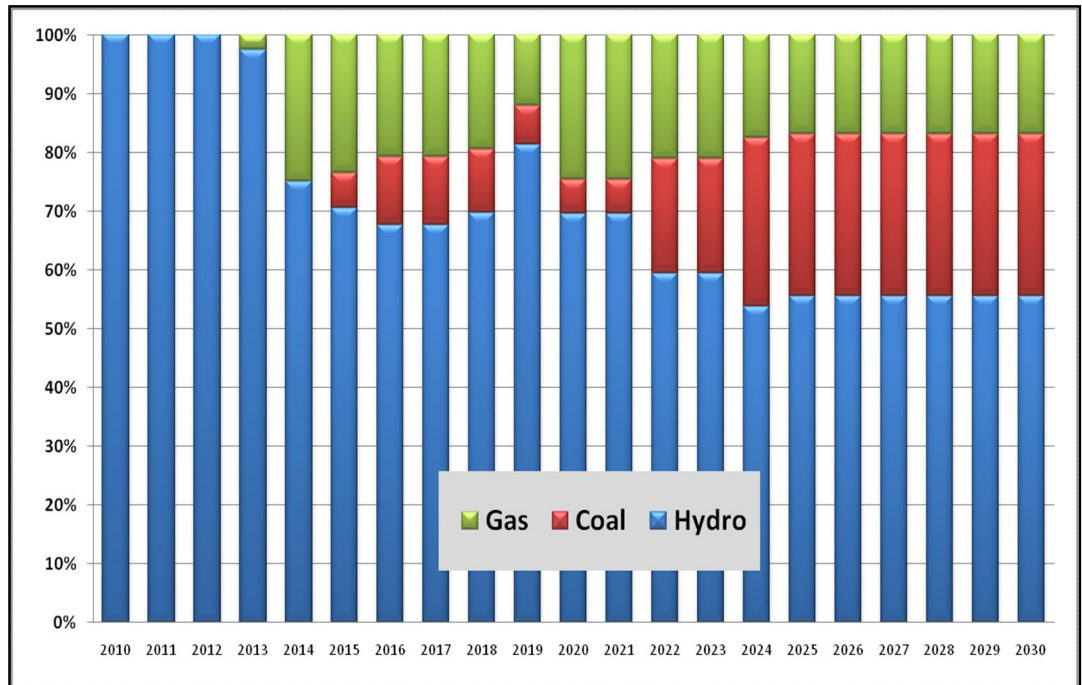
Doe Sangue e
salve Vidas...



Ecoss do VII Seminário: Electrificação Rural em Moçambique (cont.)

são social.

O estabelecimento de políticas públicas buscando a erradicação da pobreza deve assegurar a ampliação do acesso à energia, em particular à energia eléctrica, considerando principalmente suas inter-relações sociais. Como parte dos Objectivos do Milénio, as próprias Nações Unidas reconhecem explicitamente que o acesso aos serviços energéticos é um elemento chave para o desenvolvimento sustentável. Mas sob esta questão é determinante definir pobreza energética com rigor. Porque na comunidade científica não existe consenso sobre a questão, particularmente, em como abordá-la. Algumas instituições internacionais utilizam o conceito de pobre energético para quem não possui acesso à energia eléctrica de forma regular e segura, fazendo uso intensivo de combustíveis sólidos. Outras instituições consideram a pobreza energética como a relação entre o dispêndio mensal da família com energéticos em relação a sua renda, sendo considerado pobre energético quem gasta acima de 10% da



Projeção da Matriz Energética do Carvão, Gás Natural e Hidroeléctricas até 2030 (fonte: P. Bacela)

sua renda para fins energéticos, sendo esta a linha de pobreza energética. O governo do Reino Unido considera o indivíduo em situação de pobreza energética, quem gasta mais de 10% da sua renda para uso energético. Tal

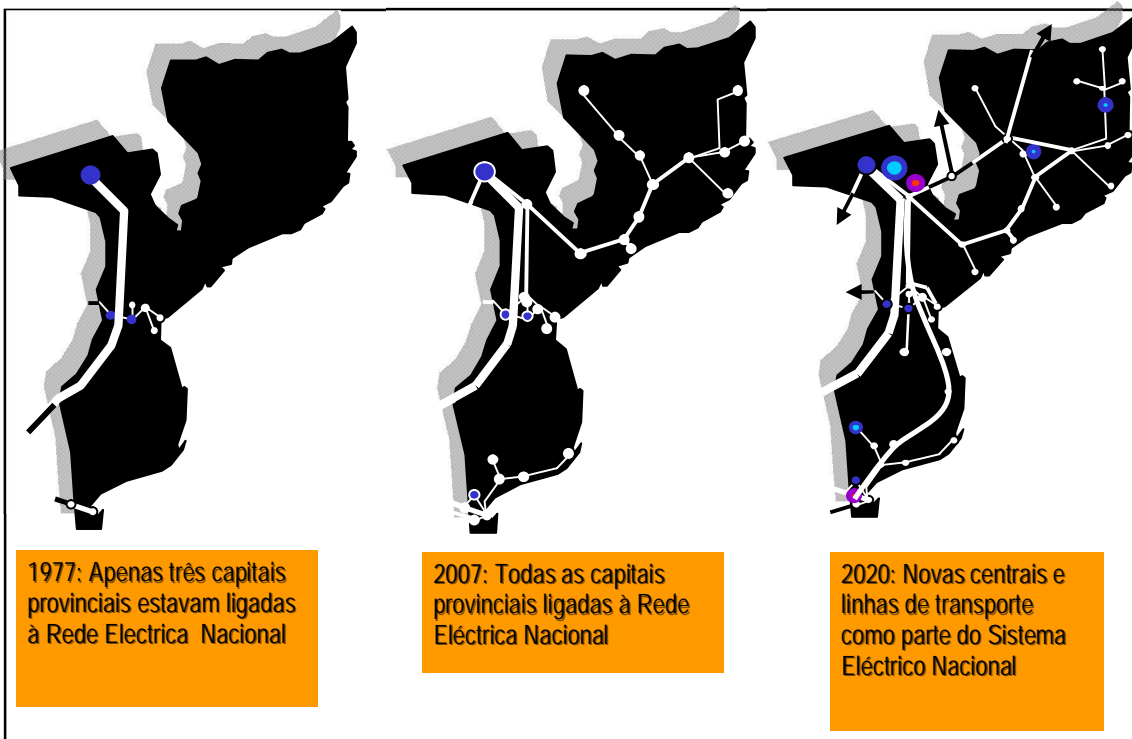
abordagem foi usada, por exemplo, pelos consultores do Banco Mundial V. Foster, J. Tre e Q. Wodon em 2000 na Guatemala com o objectivo de se construir uma linha de pobreza de combustível lá.

O Estigma da Visão Economicista

Não obstante ser aceite que a pobreza deve ser entendida como um fenómeno multidimensional. Mas ainda é a visão economicista que pesa sobre as demais. Consequentemente, este é um dos estigmas tem acompanhado as decisões de expansão da electrificação rural em Moçambique.

Para exemplificar, os consultores Peter Mulder e Jonas Tembe em nome do Ministério da Planificação e Desenvolvimento, defenderam na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), realizada em Setembro de 2007, que a electrificação rural era onerosa, enquanto que a procura da electricidade em países em desenvolvimento era inerentemente baixa devido à pobreza. Questionando mesmo: - **Valeria a pena o investimento?**

Usando como base um estudo



Objectivos programáticos da Rede Eléctrica Nacional de Moçambique de 1977 à 2020 (fonte: P. Bacela)

Ecoss do VII Seminário: Electrificação Rural em Moçambique (concl.)

feito no distrito de Ribáuê, província de Nampula, aqueles consultores concluíram que a presença de uma fábrica de descaroçamento de algodão na zona é que esteve na base do retorno do investimento em electrificação rural na zona. Segundo o seu estudo, apesar do alto custo inicial per capita (2.100 US\$) em 2005, o projecto começou a apresentar benefícios líquidos positivos acumulados volvidos cinco anos, o que foi explicado pelo desempenho da capacidade produtiva da fábrica de algodão e de factores exógenos como o aumento do preço do diesel e do algodão. O crescimento do comércio informal também foi um dos efeitos à jusante, mas o benefício monetário para os agregados familiares foi no geral modesto.

Do ponto de vista económico, aqueles especialistas sustentaram que a estratégia da electrificação rural deve olhar primariamente para a capacidade produtiva existente, a qual pode ser potencialmente aumentada com o acesso à electricidade, mas sem um consumidor importante na zona, o retorno do investimento será quase nulo.

Defenderam, por conseguinte, a criação de “projectos âncora” na linha do actualmente seguido para os mega projectos, mas também investimentos complementares como a Banca, estradas e telecomunicações.

Reconheceram contudo que o Governo poderá sempre, por razões sociais ou políticas realizar este tipo de investimento, ainda que economicamente não resultem em retorno assinalável.

Posição do Governo

De acordo com o Director Nacional de Energia, o actual crescimento económico e a estabilidade política de Moçambique tem atraído investimento internacional, com alguma inci-

dência para o sector de energia, o que com o elevado potencial energético existente, coloca o País numa posição privilegiada na região e no mundo. Por essa razão, um dos grandes desafios é tornar o sector eléctrico nacional sustentável e competitivo dentro de um horizonte temporal aceitável, de forma a dina-

foi concluída a electrificação de todas as Sedes de Distrito, sendo 52 através da Rede Eléctrica Nacional e 76 através de sistemas isolados alimentados por Grupos Geradores a diesel. Já de 2005 à 2012 passou-se, segundo Bacela, para 109 Sedes Distritais ligadas Rede Eléctrica Nacional, com a ener-

ção inviabilizaria a electrificação e o fornecimento de electricidade nas zonas consideradas sem viabilidade comercial”, disse.

O Eng. Bacela sublinhou que a responsabilidade da EDM à escala nacional permite a aplicação duma tarifa uniforme para a mesma categoria de consumidores, bem como a prática de subsídios cruzados, mas a grande questão que ainda prevalece é: **“O fornecimento de electricidade em Moçambique é ou não é competitivo para a indústria?”** Enfatizou.

Não obstante, de acordo com Bacela, projecções avançam com boas perspectivas quanto a receitas públicas no sector eléctrico, o que se atingirá pela venda directa de energia eléctrica por concessionárias, o fornecimento de bens e serviços ao sector eléctrico, a entrada de consumidores industriais de uso intensivo de energia eléctrica e actividades económicas e de geração de rendimento de pequena e média escala.

Este leque de oportunidades estende-se também ao incremento da exportação de energia eléctrica, bem como das taxas de concessão e dividendos.

Como nota final, o Director Nacional da Energia, observou que a electrificação rural no nosso País ainda constitui um **“factor de incremento de despesas do que propriamente de aumento de receitas públicas”**, mas que, no entanto, é a melhor opção para a solução do problema da **“semente e da árvore”**, citou. Lamentou também que alguns constrangimentos que prevaleçam e com impacto no agravamento dos custos de fornecimento de electricidade, como a vandalização de postes – caso da Linha de Média Tensão 11kV em Montepuez, província de Cabo Delgado; cabos roubados e recuperados na cidade Chimoio, província de Manica e de candeeiros de iluminação roubados em plena capital provincial de Nampula. **MV**



Também qualificado como “roubo ao desenvolvimento” por alguns cientistas sociais, o vandalismo de infra-estruturas eléctricas em Moçambique convida a uma reflexão profunda de todos os cidadãos (arquivo: P. Bacela)

mizar a industrialização de Moçambique.

Para tal, sustentou Bacela, **“foram delineados objectivos de electrificação rural e aumento do acesso à energia eléctrica para impulsionar o desenvolvimento, incentivando a realização de actividades económicas e de geração de rendimento e assim contribuir para a elevação da qualidade de vida dos moçambicanos, através da melhoria das condições de assistência médica, serviços de educação, abastecimento de água, mas também para a preservação do meio ambiente, através da redução do uso de fontes poluentes, tais como lenha e petróleo de iluminação”**. Rematou.

Sobre a electrificação rural, Bacela explicou que a mesma prossegue através da expansão da Rede Eléctrica Nacional, o que constitui uma das principais prioridades definidas pelo Governo para o sector de energia. Nesse contexto, em 2004

gia eléctrica fornecida a partir da Hidroeléctrica de Cahora Bassa e perspectiva de ligação de todas as Sedes Distritais à REN em 2014.

Aquele responsável observou contudo que, a electrificação através da expansão da Rede é onerosa, mas é a que oferece resposta mais eficaz às exigências decorrentes do desenvolvimento a médio e longo prazo.

Quanto às perspectivas do Sector Eléctrico nacional, Bacela assinalou que no actual cenário da indústria de fornecimento de electricidade em Moçambique, dá-se privilégio o regime de IPP (*Independent Power Producer*) para o desenvolvimento de projectos de geração, como forma de atrair o capital intensivo de investidores estrangeiros. Tendo em conta que a actividade de transporte e distribuição de electricidade está praticamente sob a responsabilidade da empresa pública Electricidade de Moçambique (EDM), Bacela acredita que **“o investimento privado na distribui-**

Doe Sangue e
salve Vidas...



Impacto da Tributação na Indústria Extractiva em Moçambique (Fim)

Por Zito M. Campira



Encerrando a apresentação deste estudo, que nos acompanhou ao longo das últimas 5 edições, passemos então às suas conclusões:

- Quanto à tributação do rendimento dos sectores de mineração e hidrocarbonetos, constatou-se, que Moçambique aplica o Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRPC) aprovado pela Lei n.º 34/2007, de 31 de Dezembro, dispositivo legal aplicado aos demais sectores da economia;
- A média anual das exportações dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva foi de 134,8 milhões de dólares norte-americanos, enquanto a do Gás e Condensado foi de 110,1 milhões de dólares norte-americanos. O peso médio anual das exportações dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva sobre as exportações globais foi de 6,1%, enquanto o das exportações de Gás e Condensado sobre as exportações globais foi de 5,0%. O peso médio anual das exportações dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva sobre o PIB nominal foi de 1,6%, enquanto o das exportações do Gás e Condensado sobre o PIB nominal foi de 1,3%;
- A média anual da receita fiscal dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva, em termos nominais foi de 746,86 milhões de Meticais, enquanto a mesma, em termos reais foi de 578,87 milhões de Meticais. O peso médio anual dos Grandes

Projectos da Indústria Extractiva sobre a receita fiscal em Moçambique foi de 2,5%;

- O peso de impostos sobre exportações de Grandes Projectos da Indústria Extractiva foi de 28,52%, enquanto o mesmo sem o IRPS reduziu para 9,46%;
- No período em análise, não tendo tributado as exportações de recursos minerais e petróleo, Moçambique, arrecadou uma receita média anual de 746,86 milhões de

exportações de recursos minerais e hidrocarbonetos a uma taxa de 15%, teria arrecadado uma receita média anual de 1.283,22 milhões de Meticais, o que representaria 3,9% da receita fiscal; e

- Por forma a evitar exportação de produtos minérios e de hidrocarbonetos na sua forma primária (não processado), alguns países do resto do mundo tributam as exportações destes produtos, como são os casos da Argentina, da

aumento do peso no PIB nominal. Todavia, é fraca a contribuição na receita fiscal.

Análise crítica dos pontos de vista apresentados pelos Consultores nos Workshops

Analisando os pontos de vista apresentados pelos Consultores, observa-se que há uma convergência relativamente aos seguintes aspectos: (i) **regime fiscal – criação de um regime fiscal específico para os sectores de mineração e hidrocarbonetos**, por se tratar de recursos naturais não renováveis, que pertencem ao Estado e as comunidades, com impacto directo sobre o meio ambiente e que envolvem altos custos de capital; (ii) **base de tributação do imposto sobre a produção – o ponto de incidência deve ser o valor na mina**, caso seja aplicado o valor FOB ou CIF deverão ser deduzidos os custos de transporte e seguro, sendo que, no primeiro caso da mina até ao porto de embarque e no segundo do ponto de entrega ao Cliente (no estrangeiro ou no país importador)

até à mina; (iii) **custos dedutíveis em sede do imposto sobre o rendimento** – todos os custos incorridos no processo produtivo, incluindo as amortizações e depreciações devem ser dedutíveis, igualmente os custos de infra-estruturas como estradas, pontes, linhas férreas, escolas, hospitais devem ser dedutíveis; (iv) **participação do Estado** –

	Vale Columbia Center ¹ , (Workshop no Hotel VIP- Maputo, 16-17 de Junho 2011).	Missão de Assistência Técnica do FMI para Regime Fiscal do Sector Mineiro e Petrolífero 23 de Abril a 7 de Maio de 2012	Robert Parson ² (Workshop no Hotel VIP- Maputo 5-7 de Junho 2012).
Regime Fiscal	Regime fiscal específico para o sector de mineração.	Os actuais regimes fiscais para a mineração e petróleos estão fragmentados e distribuídos pelas várias leis e regulamentos – impõe-se a sua consolidação. Ter um regime geralmente aplicável para o sector e não para os contratos de forma isolada. Estabelecer um quadro legal estável, que poderia evitar uma alteração constante (As leis de minas e petróleos devem constar num único dispositivo legal).	Regime fiscal diferenciado para a tributação mineira. O regime fiscal de um país para mineração deve ser coerente com as melhores práticas internacionais.
Base de tributação do Imposto sobre a Produção (local de aplicação da taxa de <i>Royalty</i>).	Valor das vendas dos minerais (<i>ex valore</i>) ou sobre o volume de produção (baseado na unidade). Deve ser baseado no valor na mina, mas frequentemente aplicado ao valor portuário – franco a bordo (FOB).	O ponto de incidência deverá ser o valor "na mina", em função dos minérios vendidos ao invés dos produzidos. Devem ser usados quadros comparativos internacionais para a avaliação, sempre que possível, e o valor na mina deve ser determinado através da dedução dos custos de transporte e encargos portuários incorridos no percurso entre a mina e o cliente. O valor FOB é um melhor indicador, devendo-se deduzir o custo do transporte e seguro da mina até ao porto.	Royalty Alíquota do Royalty base de cálculo. O valor das vendas, geralmente numa base mensal ou trimestral.

Meticais, o que corresponde a 2,5% da receita fiscal; se Moçambique tributasse as exportações de recursos minerais e petróleo em 10%, teria arrecadado uma receita média anual de 1.104,43 milhões de Meticais, correspondente a 3,4% da receita fiscal; e se tributasse as

Austrália, do Kazaquistão, da Índia, da Indonésia, da Rússia⁽¹⁾, do Vietname⁽²⁾ e da Zâmbia.

Conclui-se, que em Moçambique, os Grandes Projectos da Indústria Extractiva tiveram impacto no aumento do peso nas exportações globais e no

Impacto da Tributação na Indústria Extractiva em Moçambique (Fim) - Cont.

não deve superar 15%. O modelo que defende maior participação do Estado nas empresas de mineração e hidrocarbonetos é de orientação Socialista. Na economia de mercado, o Estado deve limitar-se na definição de políticas macroeconómicas e gestão de instituições públicas para garantir uma alocação eficiente de bens públicos aos cidadãos. (v) **imposto sobre o rendimento** – a taxa poderá situar-se no intervalo de 20% a 35% dependendo do regime fiscal de cada país; (vi) **imposto sobre o valor acrescentado** – o IVA deve ser aplicado no acto da compra de bens e serviços quando as condições de reembolso estiverem devidamente criadas, pois, qualquer demora no reembolso poderá tornar o projecto não viável na óptica empresarial; e (vii) **ganhos de capital** – as empresas que efectuam prospecção e pesquisa são empresas juniores, as quais após a descoberta do recurso no subsolo transaccionam as suas licenças para as grandes empresas que tem condições de suportar os altos custos de investimentos, por outro lado, alguns accionistas das

empresas multinacionais que operam no país podem transaccionar suas acções em bolsas de valores, no estrangeiro. De acordo com as práticas internacionais, estas transacções devem ser tributadas. Porém, existem aspectos em que os Consultores divergem, relativamente à: (i) **taxa do royalty** – os Consultores do FMI recomendam a manutenção da taxa de 3% para o Carvão mineral, tendo referido ainda, que para os restantes produtos a mesma não deverá superar 6%. Este ponto de vista

não converge com o das Consultoras da Vale Columbia Center e Sr. Robert Parson, estes afirmam que a taxa de 3% para o Carvão mineral é baixa quando comparada com os padrões internacionais, tendo recomendado que a mesma poderá situar-se no intervalo de 7% a 10%. Austrália tem taxa que varia de 7% a 10% para o Carvão mineral, a Índia e a Colômbia

tem taxa de 10% para o Carvão mineral, portanto, o posicionamento tomado pelos Consultores do FMI contrasta com os padrões internacionais; (ii) **tributação progressiva sobre o rendimento** – neste aspecto, as Consultoras da Vale Columbia Center defendem uma tributação progressiva ligado à variação de preços, enquanto os Consultores do FMI defendem uma tributação progressiva baseado no retorno mínimo tributável ou *Resource Rent Tax* (RRT) e por último o Consultor

Robert Parson defende que os regimes progressivos de tributação (imposto sobre lucros extraordinários) quer baseados nos preços, quer na taxa interna de retorno não tiveram êxitos nos países onde foram implementados. Com certeza estes regimes são complexos e exigem alta capacidade de auditar as contas destes empreendimentos, além disso, quando estas empresas se apercebem que

introdução desta taxa, dependendo das necessidades do país. Esta política comercial teria impacto directo na política industrial com efeitos positivos sobre o alargamento da base tributária, disponibilidade de mais produtos no mercado interno, redução de importações, melhoria da balança comercial, e entre outros efeitos positivos; (iv) **dedução ou não do royalty** – os Consultores do

FMI e o Consultor Robert Parson, defendem que o *royalty* deve ser dedutível. Xavier afirma que a expressão *royalties* designa a categoria de rendimentos derivados do uso, fluído o exploração de determinados direitos, diferenciando-se claramente das rendas. Neste contexto, o *royalty* (imposto sobre a produção) não deve ser dedutível; (v) **bónus de assinatura** – o ideal seria a definição de um quadro jurídico-legal, que permita a maximização de ganhos tanto para o Estado como para os investidores, o bónus de assinatura não é um instrumento fiscal, e é uma forma de antecipação do pagamento de imposto pelos investidores. O imposto deveria ser pago em função do

volume de produção mensal e dos lucros declarados no final de cada exercício; e (vi) **incentivos fiscais** – muitos países já eliminaram os incentivos fiscais tradicionais tais como isenções e reduções de taxas, a missão do FMI recomendou a não aplicação da taxa de importação sobre o equipamento e outros bens importados pelas empresas de mineração e hidrocarbonetos, o Consultor Robert Parson recomendou que este equipamento deve estar sujeito a uma taxa de 5% na importação.

	Vale Columbia Center ¹ (Workshop no Hotel VIP- Maputo 16-17 de Junho 2010).	Missão de Assistência Técnica do FMI para Regime Fiscal do Sector Mineiro e Petrolífero 23 de Abril a 7 de Maio de 2012	Robert Parson ² (Workshop no Hotel VIP- Maputo 5-7 de Junho 2012).
Taxa do <i>Royalty</i>	A taxa de <i>royalty</i> de 3% para o carvão mineral é baixa, Austrália aplica uma taxa de 7,5% sobre o Carvão mineral.	Manter 3% para o Carvão mineral. Para os restantes produtos não deverá ser superior à 6%.	A taxa de 3% para o Carvão mineral é baixa quando comparada com os padrões internacionais, o governo poderá agravá-la, não devendo superar 10%. Os <i>royalties</i> devem ser aplicados aos produtos primários. Os <i>royalties</i> progressivos ³ não são comuns e são discriminatórios. A taxa de <i>Royalty</i> para hidrocarbonetos deve superar à dos minerais.
Tributação Progressiva sobre o Rendimento - <i>Resource Rent Tax</i> (RRT)	Introduzir o Regime Progressivo, baseado na variação de preços dos minerais vendidos. Geralmente esta taxa situa-se no intervalo de 20% a 50%.	Introduzir o Regime Progressivo, baseado no <i>Resource Rent Tax</i> (RRT). RRT=Fluído de Capital/(1,32%) 32%=Taxa do IRPC O regime progressivo ligado à variação de preços não teve êxitos em muitos países (ex. Zâmbia e Mongólia, foi anulado porque o modelo não respondeu às expectativas).	Os Regimes Progressivos ³ quer baseados na variação dos preços quer na Taxa Interna de Retorno (TIR), são discriminatórios, em alguns países onde foram introduzidos foram anulados.

Impacto da Tributação na Indústria Extractiva em Moçambique (Fim) - Cont.

Moçambique como está implementar o protocolo Comercial da SADC, não seria recomendável a aplicação duma taxa sobre as importações de equipamentos para este tipo de empreendimentos.

Tendo em conta as conclusões, e considerando que Moçambique apresenta taxas baixas sobre a tributação da Indústria Extractiva comparativamente a outros países da região e do mundo e de forma a permitir o alargamento da base tributária e ao mesmo tempo harmonizar a tributação dos recursos minerais e hidrocarbonetos com o resto do mundo, recomenda-se o seguinte:

- A fixação da taxa do imposto sobre o rendimento do sector mineiro e de hidrocarbonetos num dispositivo legal separado dos demais sectores de actividade económica, por se tratar de recursos não renováveis, devendo especificar claramente por um lado, os custos incorridos por estes empreendimentos, e fiscalmente dedutíveis, por outro lado, os custos não dedutíveis, para efeitos do apuramento do lucro tributável em sede do imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRPC);
- Manter a não dedutibilidade do imposto sobre a produção mineira e de hidrocarbonetos (*Royalty*), por tratar-se, de uma prestação definitiva sem direito a restituição ou reembolso. No entanto o Estado deverá definir mecanismos de participação nos custos incorridos na produção correspondente à taxa do *Royalty*. Igualmente, as taxas sobre a superfície não deverão ser dedutíveis;
- Fixar o *preço de mercado ou valor FOB* (deverá ser deduzido o custo do frete e seguro suportado caso o local de incidência seja na mina) para Rutile, Ilmenite, Zircão, Carvão Mineral e outros produtos minerais, como base de incidência do impos-

to sobre a produção mineira (*Royalty*), à semelhança da fórmula aplicada nos Estados Unidos da América e outros países do mundo, visando uma partilha justa das receitas do sector de mineração, entre os investidores e o Estado;

- Fixar regras de reintegrações/amortizações do activo fixo **linear** ou **quotas constantes** (regime anual) e abandonar a depreciação acelerada (de 100%), como forma de garantir receitas

- Fixar a taxa do Imposto sobre o Rendimento do Petróleo e Gás em 45%, tendo em vista a harmonização com os outros países do mundo;
- Fixar a taxa do imposto sobre a produção do Gás em 10%, à semelhança da Austrália, de Angola e outros países do mundo;
- Fixar a taxa do imposto sobre a produção do Carvão Mineral em 5%, à semelhança do Botswana e outros

- Instituir uma taxa sobre as exportações (não processadas) de Carvão Mineral, Ilmenite, Rutile, Zircão e outros recursos naturais, que poderá situar-se no intervalo de 5% a 10%, à semelhança do Vietname, Índia, Indonésia, e outros países do mundo ⁽¹²⁾;
- Instituir uma taxa sobre as exportações (não processadas) do Petróleo e Gás, que poderá situar-se no intervalo de 5% a 15%, à semelhança da Rússia, do Vietname e

	Vale Columbia Center ¹ (Workshop no Hotel VIP - Maputo, 16-17 de Junho 2011).	Missão de Assistência Técnica do FMI para Regime Fiscal do Sector Mineiro e Petrolífero 23 de Abril a 7 de Maio de 2012	Robert Parson ² (Workshop no Hotel VIP - Maputo 5-7 de Junho 2012).
Imposto sobre o Rendimento (IR)	Uma taxa do IR de 30% é recomendável. Esta taxa varia de 20% a 35%, dependendo de cada país.	A taxa do IR de 32% é razoável. Todavia, recomenda-se uma taxa de 30%.	Num pacote em que a taxa de direitos aduaneiros na importação é de 0% a taxa do IR pode situar-se em 30%. Para que o regime atractivo .
Direitos de Importação	Isenções devem ser aplicadas apenas para despesas de capitais para incentivar a produção local de consumíveis.	Não impor direitos de importação como forma de atrair receita no sector de mineração.	Regra geral, pouca ou nenhuma justificativa para isenções fiscais sobre importação de equipamentos e suprimentos de exploração mineral. Uma taxa de 5% na importação deste equipamento seria ideal.
Direitos de Exportação	Aplicado ao valor FOB dos minerais para exportação - como outro <i>royalty</i> . Usado para incentivar beneficiação e vendas ao mercado local. Deveria ser um instrumento de desenvolvimento industrial.	Não recomendável porque os impostos à exportação tem características semelhantes ao <i>royalty</i> - são baseados na receita e não no lucro, tem efeitos regressivos.	Uma taxa sobre as exportações poderia ser introduzida, mas teremos de reduzir outros impostos para manter o regime atractivo.
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	Sem comentários.	No mundo ideal as empresas de mineração e de hidrocarbonetos devem pagar o IVA na importação de equipamentos e outros bens e serviços. Porém, o fisco deve flexibilizar o mecanismo de reembolso do IVA.	Na compra de produtos ou serviços recomenda-se o pagamento do IVA e o respectivo reembolso deverá ser efectuado quando a empresa começa a produzir.

para os cofres do Estado, o mais cedo possível;

- Fixar regra de sub capitalização de 3:1 (três para um) ou 75%/25% (Capital Alheio/Capital Próprio) para todos sectores de actividade económica, de forma a limitar o endividamento excessivo e atrair investimentos para o país ⁽⁹⁾;

países do mundo ⁽¹⁰⁾;

- Fixar a taxa do Ilmenite, Zircão e Rutile em 5%, à semelhança do Sudão, da Austrália, e outros países do mundo;
- Reduzir a taxa do imposto sobre a produção do Ouro para 7%, à semelhança do Zimbabué, da Bolívia, e outros países do mundo ⁽¹¹⁾;

outros países do mundo ⁽¹³⁾;

- A participação do Governo nas Empresas de Mineração e Hidrocarbonetos não deverá ser superior à 15 por cento. Visto que, quando o Governo tem maior participação, estas empresas pode-

Impacto da Tributação na Indústria Extractiva em Moçambique (Fim) - Cont.

	Vale Columbia Center ¹ - (Workshop no Hotel VIP - Maputo, 16-17 de Junho 2010).	Missão de Assistência Técnica do FMI para Regime Fiscal do Sector Mineiro e Petrolífero 23 de Abril a 7 de Maio de 2012	Robert Parson ² (Workshop no Hotel VIP - Maputo 5-7 de Junho 2012).
Dedução ou não do Royalty no cálculo do lucro tributável?	Não deve ser dedutível porque não constitui custo para as empresas, o Estado deve criar mecanismos de partilha nos custos de produção.	Na maioria dos países o Royalty é dedutível, considera-se como custo.	Deve ser dedutível.
Custos dedutíveis em sede do IR	-Despesas periódicas (salários, custos administrativos, consumíveis, combustível, etc.). -Depreciação e amortização.	-Devem estar patenteados todos os custos suportados pelo investidor. Os custos não dedutíveis também devem ser referenciados. -As deduções dos custos em infra-estrutura nas receitas provenientes da extração do carvão e do gás são imprescindíveis, tanto dos custos directamente incorridos pelas empresas, como do processamento e transporte pagos a outras empresas que realizam investimentos necessários. -Depreciação do Equipamento. -Custos de limpeza ambiental. -Despesas de natureza fiscal, financeira.	-Custos de infra-estruturas tais como escolas, hospitais, estradas, etc. -Despesas incorridas para o propósito de produzir o rendimento. -Custos suportados pela empresa mãe mas que estejam relacionados com a empresa que opera em Moçambique. -O custo da responsabilidade social. -Todos os custos de encerramento da mina.
Participação do Estado	Não deve ser superior à 15%.	Na mineração a participação deverá ser de 5%. Especificar na lei o custo a ser suportado pelo Estado.	Não deverá superar 10%. Os investidores preferem não ter o Governo como parceiro ³ .

- Diário de Moçambique, de 9 de Maio de 2011. Cerimónias de Inauguração do Projecto de Exploração de Carvão de Moatize.
- Energy and Natural Resources Gateway, (2010). Disponível em: <<http://www.abare.gov.au/publications-htm/Conference-08/CP08.11.pdf>>. Acesso em: 07 de Julho de 2011.
- Fiscal Decentralization and Mining Taxation. Disponível em: <<http://siteresources.Worlbank.org/INTOGMC/Resources/miningtaxationjotto.pdf>>. Acesso em: 07 de Julho de 2011.
- GAO, (2008). Hardrock Mining: Information on Abandoned Mines and Value and Coverage of Financial Assurances on BLM Land. Washington.
- India Mining: Indian government at loggerheads over new tax. Disponível em: <<http://www.miningweekly.com>>. Acesso em: 31/03/12.

rão reduzir seus dividendos com o reinvestimento ou transferências de Capitais para empresas do mesmo grupo sedeadas no estrangeiro⁽¹⁴⁾.

Bibliografia Consultada para a Elaboração deste Estudo:

- Agência Nacional para o Investimento Privado (2011). Tributação das Sociedades. Disponível em: <<http://www.anip.co.ao/Guia-do-Investidor/Tributacao-das-Sociedades.aspx>>. Acesso em: 4 de Agosto de 2011.
- An Investment guide to Vietnam. Disponível em: <<http://www.tradecommissioner.gc.ca/eng/>>. Acesso em 17 de Agosto de 2011.
- Angola. Políticas macroeconómicas: Política Orçamental. Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org>>. Acesso em: 03/04/12.
- Angola. Visão global. Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org>>. Acesso em: 03/04/12.
- Asian Thermal Coal Industry (2012). Disponível em: <<http://ariescapitalasia.com/index.php/>>. Acesso em: 28/04/2012.
- Banco de Moçambique (2010). Balança de Pagamentos. Nº 7/Ano 07.
- Banco Kwanza Invest. Disponível em: <http://www.bancokwanzainvest.com/>. Acesso em 15/03/12.
- Botswana Africa Economy. Disponível em: <<http://www.traveldocs.com/bw/economy.htm>>. Acesso em 21/12/11.
- Bucuane, Aurelio and Mulder, Peter. Exploring Natural Resources in Mozambique: Will it be a blessing or a Curse?
- Carlos, Américo Fernando Brás, (2010). Impostos: Teoria Geral. 3ªed: Almedina. Lisboa.
- Centro de Integridade Pública (2011). Indústrias Extractivas em Moçambique. Disponível em: <<http://www.cip.org.mz/cipie/index.asp?doctype>>. Acesso em: 2 de Agosto de 2011.
- Chimpolo, João Maria Funzi, (2009). Impacto do Petróleo no Crescimento Económico de Angola. Disponível em: <<http://pt.Scribd.com/>>. Acesso em: 15/03/12.
- Corporate income tax. Disponível em: <<http://www.Internationalexperts.com>>. Acesso em 02/06/12.
- Delivering expert Knowledge. Disponível em: <<http://www.internationallawoffice.com>>. Acesso em 02/06/12.
- International Development Research Centre, (2004). Mining and Sustainable Development Series Nº 2: Mining Royalties. Brasil.
- International pricing of emerging market corporate debt: does the corporate matter? Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2010/wp1026.pdf>>. Acesso em: 07 de Julho de 2011.
- KPMG (2010). Legislação

Doe Sangue e
salve Vidas...



Impacto da Tributação na Indústria Extractiva em Moçambique (Fim) - Cont.

www.at.gov.mz

Fiscal. 3ª ed. Maputo: Plural editores.

- Lei n.º 10/04. Das Actividades Petrolíferas. Diário da República - I Série - N.º 91. Sexta Feira, 12 de Novembro de 2004. Órgão Oficial da República de Angola.
- Lei n.º 11/04. Sobre Regime Aduaneiro Aplicável ao sector Petrolífero. Diário da República - I Série - N.º 91. Sexta Feira, 12 de Novembro de 2004. Órgão Oficial da República de Angola.
- Lei n.º 13/04. Sobre a Tributação das Actividades Petrolíferas. Diário da República - I Série - N.º 103. Sexta Feira, 24 de Dezembro de 2004. Órgão Oficial da República de Angola.
- Market Access database. Disponível em: <<http://madb.europa.eu>>. Acesso em 02/06/12.
- Materiality of disclosure required by the Energy Security Through. Disponível em: <<http://www.christianaid.org.uk/images/undermining-the-poor.pdf>>. Acesso em: 07 de Julho de 2011.
- Miguel dos Santos de Oliveira, (2010). Processo de Descentralização do Serviço Nacional de Saúde de Angola. Disponível em: <<http://arca.icict.fiocruz.br/>>. Acesso em 13/03/12.
- Mineral Deposits, November, 2011: Disponível em: <<http://www.asx.com.au>>. Acesso em 12/06/12.
- Mining Royalties. Disponível em: <<http://www.bullionstreet.com/news>>. Acesso em 12/12/11.
- Mining Taxation Regimes. Disponível em: <www.icmm.com/document.REi-Minerals-Taxation>

[1].pdf.Adobe Reader>. Acesso em 07 de Julho de 2011.

- Mining. Disponível em: <<http://www.un.or.esa/>>. Acesso em: 31/03/12.
- Ministério dos Recursos Minerais (2009). Legislação Mineira de Moçambique. Maputo.
- Natural Resource Investment and Africa's Development. Disponível em: <<http://>>

- Oriental Star Import Export Corporation. Export Duty For Many Items such as Coal, Aluminum. Disponível em: <<http://www.Oristar.Vn/en/News/General-News/Export-Duty-For-Many-Items-such-as-Coal-Aluminum.aspx>>. Acesso em 16/12/11.
- Otto, James M. (2000), Mining Taxation in Developing Countries. Disponível em: <<http://ro.unctad.org/>>

- Exportação de Bens Exauríveis: Minerais e Água. Disponível em: <www.affemg.com.br/Export_MINERAIS.PPS>. Acesso em: 4 de Agosto de 2011.
- Pwc Global Mining Group, (2010), Income Taxes, Mining Taxes and Royalties: A Summary of Selected Countries.
- Russian Tax Code. Disponível

	Vale Columbia Center ¹ (Workshop no Hotel VIP- Maputo 16-17 de Junho 2011).	Missão de Assistência Técnica do FMI para Regime Fiscal do Sector Mineiro e Petrolífero 23 de Abril a 7 de Maio de 2012	Robert Parson ² (Workshop no Hotel VIP- Maputo 5-7 de Junho 2012).
Bónus de assinatura	Pagamentos adiados, sem o direito a desenvolver.	Gera receita antecipada, mas representa um peso significativo na decisão do investidor quando quer investir em Moçambique ou noutro país. Um bónus de assinatura aumenta custos de exploração. Melhor seria ter um bom regime fiscal bem definido ou se for para se cobrar bónus de assinatura deverá ser efectuada uma boa selecção dos investidores que, factos, que estes garantam uma boa continuidade do projecto.	Comum no sector de hidrocarbonetos
Estabilização de impostos.	Não recomendável nos contratos de mineração e hidrocarbonetos pela vida do projecto.	Um pacote abrangente de reformas seria melhor que uma reforma parcial. As alterações parciais às leis existentes poderão aumentar os níveis de complexidade bem como os riscos de instabilidade do sistema. A estabilização deve beneficiar as duas partes (Estado e Investidor)	Estabilidade do regime tributário é importante - regras tributárias não deviam mudar durante a vida útil do projecto. A estabilidade fiscal reduz o risco do projecto e torna o fluxo de receitas do governo mais previsível, e auxilia o planeamento e orçamento do governo.
Bónus de Capital (Tributação das mais-valias)	Devem ser considerados para a venda de licenças de exploração antes da extração do referido recurso mineral.	Considerar o recurso na determinação do ganho. Moçambique deve clarificar as regras de tributação das mais-valias no Código do IRPC.	A lei interna deve prever a tributação de ganhos de capital, resultantes de transacções de acções na Bolsa de Valores. Os tratados devem permitir que a tributação seja efectuada sobre as transacções entre os países.

- <www.christianaid.org.uk/Images/breaking-the-Curse.pdf>. Acesso em: 07 de Julho de 2011.
- Nuno Castel-Branco & Paul Collier (2011). Indústria extractiva e políticas de investimento. Que ganhos para África? Disponível em: <<http://intelectualismoadministrati.blogspot.com>>. Acesso em: 15 de Julho de 2011.

- infocomm/diversification/cape/pdf/otto.pdf>. Acesso em: 08/12/11.
- Pedro Ferreira da Silva, (2006). BPI Estudos Económicos e Financeiros. Disponível em: <<http://www.Caei.org/Angola-Junho.pdf>>. Acesso em 15/03/12.
- Pós Graduação Estácio de Sá. Comércio exterior. O "Saque" do Ouro mineiro.

- em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Russian>>. Acesso em: 17 de Agosto de 2011.
- The Norwegian Petroleum Tax Model introduction by Havard Holterud Director Tax Audits and Economics, Norwegian Oil Taxation office.
- Universidade Eduardo Mondlane (2011). Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em:

Doe Sangue e salve Vidas...



Impacto da Tributação na Indústria Extractiva em Moçambique (Fim) - Cont.

	Vale Columbia Center ¹ - (Workshop no Hotel VIP - Maputo, 16-17 de Junho 2011).	Missão de Assistência Técnica do FMI para Regime Fiscal do Sector Mineiro e Petrolífero 23 de Abril a 7 de Maio de 2012	Robert Parson ² (Workshop no Hotel VIP - Maputo 5-7 de Junho 2012).
Incentivos Fiscais	As isenções fiscais, se não forem bem estruturadas e controladas, podem acabar sendo mais caras do que o previsto.	Ver a lista de isenções do equipamento da Classe K (trabalho conjunto a ser efectuado com as concessionárias).	Incentivos fiscais tradicionais: (i) isenção, e (ii) redução de alíquota. Estudos mostram que esses incentivos fiscais tradicionais não são eficientes nem eficazes. Tendência recente: "Incentivos" fiscais preferenciais são deduções aceleradas de tributos para custos de capital e estabilidade fiscal.

sujeitos a uma taxa de exportação, fixada em 20% para o carvão mineral e cobre, 15% para o alumínio e

assessor da *Association of Prospectors and Developers* do Canadá (PADC). Foi membro do comité Directivo de PDAC (1985 a 2005), e assessor do Fórum Mundial de Ministérios de Mineração, da Federação das Indústrias Minerais Canadianas, do Conselho Consultivo do Centro de Estudos sobre Recursos da Universidade de Queens, e assessor profissional da Agência de Fiscalização de Petróleo do Canadá. Ministrou o curso de Regimes Fiscais Aplicados às Empresas Canadianas na Universidade de Toronto durante 10 anos, autor de dois livros de tema Impostos Aplicados ao Sector Mineiro, e como consultor independente, assessorou mais de 19 governos pelo mundo na área fiscal aplicada ao sector mineiro.

- (5) Referido nas tabelas, os Royalties Progressivos têm as seguintes desvantagens: (i) impede a exploração de partes mais pobres do minério existente na mina; (ii) impede o desenvolvimento de minas marginais (de baixa rentabilidade); (iii) alíquotas de Royalty vinculados ao preço do minério não levam em consideração o aumento dos custos; (iv) alíquotas de Royalty vinculados à rentabilidade são complexas e difíceis de compreender e administrar; (v) royalty progressivo não possibilita a compensação de períodos de baixa nos preços/lucratividade; (vi) são discriminatórios por tratar distintamente operadores de minas parecidas, dependendo do preço do minério ou lucros; e (vii) não são comuns internacionalmente (Parsons, Robert, 2012).

www.at.gov.mz

<<http://www.uem.mz/index.php>>.

Acesso em 4 de Agosto de 2011.

- Vale Columbia Center. Economia do Projecto: Conceitos e Modelagem Financeira.
- Vietnam set to raise coal export tax to 20 pc. Disponível em: <<http://www.vir.com.vn/news/top-news/Vietnam-set-to-raise-coal-export-tax-to-20-pc.htm/>>. Acesso em: 16/12/11.
- Walter, Luís Fernando da Costa, (2008). O Papel e Contributo do Sector dos Petróleos de Angola no Desenvolvimento Socioeconómico do País.
- Watkins, Eric (2005). Energy Bulletin: Russia raises oil export tax. Disponível em: <<http://www.energybulletin.net/node/5019>>. Acesso em: 08 de Dezembro de 2011.
- World Trade Organization (2011). Trade in Mineral Resources. Disponível em: <<http://www.wto.org/english/>>. Acesso em: 17 de Agosto de 2011.
- Xavier, Alberto (1993). Direito Tributário Internacional: Tributação das Operações Internacionais. Coimbra: Livraria Almedina.
- Zambia Mining, a global Case Study of Mismanagement. Disponível em: <<http://owni.eu/2011/04/12/Zambia-mining-a-global-Case-Study-of-mismanagement/>>. Acesso

em: 12/12/11.

- Instituto Nacional de Estatística (2004). *Anuário Estatístico*. Moçambique.
- Instituto Nacional de Estatística (2005). *Anuário Estatístico*. Moçambique.
- Instituto Nacional de Estatística (2006). *Anuário Estatístico*. Moçambique.
- Instituto Nacional de Estatística (2007). *Anuário Estatístico*. Moçambique.
- Instituto Nacional de Estatística (2008). *Anuário Estatístico*. Moçambique.
- Instituto Nacional de Estatística (2009). *Anuário Estatístico*. Moçambique.
- Instituto Nacional de Estatística (2010). *Anuário Estatístico*. Moçambique.

Notas do texto:

- (1) Com adopção da política comercial de tributação de recursos naturais na exportação, caso específico do petróleo, a Rússia reduziu o seu défice orçamental. As receitas fiscais naquele país mostram uma evolução tendo alcançado os seguintes valores em biliões de rublos: 6,673 em 2008; 7,421 em 2009; e 8,035 em 2010.
- (2) Comparativamente a Moçambique, o Vietname é hoje um país mais industrializado, pois, os recursos naturais não renováveis quando exportados na sua forma bruta ou primária (não processados), estão
- (3) Referido nas tabelas, Workshop moderado pelas Dr^{as} Perrine Toledano, Economista e Susan Maples, Jurista, ambas da Columbia University, EUA.
- (4) Referido nas tabelas, Robert Parsons foi sócio da firma *Pricewaterhouse Coopers tax* durante 34 anos. Actualmente é assessor da Associação de Mineração da Indonésia e

Doe Sangue e
salve Vidas...



Impacto da Tributação na Indústria Extractiva em Moçambique (Fim) - Cont.

(6) Referido nas tabelas, se o custo de capital for de 10% e a taxa do IRPC for de 32%, a taxa de RRT será de 15%. Se o custo de capital se eleva para 11% a taxa de RRT será de 16%.

(7) Referido nas tabelas, **nos últimos anos, tentativas de introduzir impostos sobre lucros extraordinários não obtiveram êxito.** Razões por que os impostos sobre Lucros Extraordinários são contraproduativos: (i) impedem que as propriedades economicamente marginais (baixa rentabilidade) sejam desenvolvidas; (ii) são injustos e discriminatórios. Eles tratam os contribuintes de diferentes formas; (iii) mandam sinais bastante negativos para a comunidade investidora global; (iv) são difíceis de entender e administrar (Parsons, Robert, 2012).

(8) Referido nas tabelas, **Argumentos contra a participação do governo:** (i) quando o governo não paga um valor justo pela sua participação, o retorno do investimento da empresa mineira é afectado negativamente; (ii) quando o governo paga um valor justo pela participação, geralmente é por meio de fontes financeiras escassas, que podem ser melhor usadas para atribuições tradicionais do governo, como educação, saúde pública, infra-estrutura, etc; (iii) uma participação do governo no capital de um projecto mineiro é um meio relativamente arriscado de participar no projecto quando comparado com a arrecadação de royalty ou imposto de renda; (iv) experiências mostram que, quando o governo subsequente decide livrar-se de sua participação, o proces-

so de liberação pode ser complexo, longo e caro; (v) investidores tendem a preferir investir em projecto de mineração em que o governo não seja um co-investidor. Eles acreditam que a participação do governo desacelera o processo de decisão no nível empresarial, e desestimula outros investidores de investirem no projecto; (vi) participação accionária do governo pode resultar em conflitos entre investidores e o governo, exemplo

investidor e desincentiva o investimento, porque de acordo com esta regra o investidor terá direito de contrair empréstimo até um limite máximo de 66,67%, e o Capital Próprio será constituído por 33,33%. Enquanto na regra de 3:1 (três para um) ora proposta, o investidor poderá se endividar a um limite máximo de 75%, e o Capital Próprio será constituído por 25%. A maior parte dos países no mundo aplicam esta regra, tais como,

taxa do *Royalty*; mas sim, com o preço de mercado do referido recurso mineral. A título de exemplo na Pauta Aduaneira Moçambicana, os Veículos Automóveis (ligeiros) do Capitulo 87 que se apresentam no estado novo com zero km ou usados (importados directamente do Japão) estão sujeitos à mesma taxa de direitos aduaneiros, do Imposto sobre Consumos Específicos (ICE) e do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). Portanto o que diferencia um Veículo do outro é o preço de mercado, este é um procedimento normal.

(11) Esta medida de política visa atrair investimentos na pesquisa e exploração do Ouro no país e consequentemente a eliminação da prática do garimpo.

(12) Política a ser adoptada se Moçambique não optar pelo *Regime Progressivo* (no *Regime Progressivo* a taxa do Imposto sobre o Rendimento é variável, aumenta à medida que os lucros das Empresas de Mineração e Hidrocarbonetos vão aumentando, resultando na maximização dos ganhos tanto para o Estado como para os Investidores, este regime exige maior capacidade de auditar as contas destas empresas, para garantir que os dados apresentados sejam os mais fiáveis), o *Regime Progressivo* foi implementado pelas Repúblicas do Botswana, da África do Sul, do Zimbabwe, da Libéria, do Chile, entre outros. Visto que na sua maioria os países que tributam as exportações de Recursos Naturais não renováveis (não processadas) não aplicam o *Regime*



Mesmo com as explorações de gás de Pande e Temane gerando hoje lucros na ordem dos 20 a 25 milhões de dólares por ano, muito há ainda por fazer no domínio da tributação da indústria extractiva nacional (foto: cortesia do Jornal Notícias)

quanto à política de pagamento de dividendos; e (vii) o governo já participa no projecto por meio de imposto sobre a renda, royalty e outras arrecadações de tributos. Por essas razões, a tendência global é de não haver participação directa do governo (Parsons, Robert, 2012).

(9) Como já foi mostrado a regra de 2:1 (dois para um) que consta do actual Código do IRPC aprovado pela Lei 34/2007, de 31 de Dezembro, no seu n.º 4 do artigo 52, é apertada para o

África do Sul, Austrália, Chile, Peru, Zâmbia e entre outros. Aliás, de acordo com Brigham e outros cientistas da área económica, o endividamento constitui a melhor fonte de financiamento.

(10) O Botswana como tem um Regime de Tributação Progressivo, fixou a taxa do Carvão mineral em 5%, mas países como a Colômbia e Índia fixaram esta taxa em 10%. A questão da qualidade diversificada do Carvão mineral não tem uma ligação directa com a

Doe Sangue e
salve Vidas...



Impacto da Tributação na Indústria Extractiva em Moçambique (Fim) - Concl.



Progressivo quanto a tributação do rendimento. De acordo com a Vale Columbia Center, (2011), fazem parte do grupo dos **Impostos sobre a Produção**. (i) *Royalties Ad valorem*, baseado em unidades ou volume de produção; (ii)

Royalties com escala móvel, (iii) Direitos de importação; (iv) **Direitos de exportação**; (v) Imposto com retenção na fonte sobre juros; e (vi) IVA. Enquanto, no grupo do **Imposto sobre o Rendimento** fazem parte: (i)

Imposto sobre o rendimento das Sociedades; (ii) Imposto sobre o rendimento dos recursos minerais e hidrocarbonetos; e (iii) Imposto sobre os lucros inesperados.

(13) Política comercial que o país poderá seguir se não

optar pelo *Regime Progressivo* na tributação do rendimento das Empresas de Mineração e Hidrocarbonetos.

(14) Tanto as participações Estaduais no Capital, quanto os acordos de partilha de produção, não são instrumentos fiscais, segundo a Vale Columbia Center, (2011). Um dos grandes problemas que se levanta neste aspecto é a comparticipação do Estado nos custos de produção das empresas de mineração e hidrocarbonetos. Se os interesses do Estado nestas empresas forem maioritários, enquanto não participar nos custos de produção este processo logicamente vai desencorajar os investidores. Recomendase, deste modo, que os interesses do Estado nestas empresas sejam minoritários.

Sobre o Autor: Zito Manuel Campira é Mestre em Gestão de Políticas Económicas, grau obtido após um longo percurso técnico-profissional e académico nas áreas da contabilidade, gestão e técnica aduaneira. Quadro das Alfândegas de Moçambique desde finais de 1993, desempenhou as suas actividades em várias estâncias aduaneiras, com destaque para a chefia do Terminal Internacional Rodoviário-TIRO, na Alfândega de Maputo; do Terminal Internacional Ferroviário-TIFER II e as funções de Sub-chefe da Secretaria de Despacho na Alfândega de Maputo, de 1997-2004. Consta também no seu vasto curriculum, as funções de técnico na Divisão de Mega Projectos e Instituições Financeiras da Direcção Geral dos Impostos até Outubro de 2011, na Divisão de Estudos do Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional da AT até 2013 e agora indigitado para a “task-force” dos mega projectos. **MV**

Entre Nós: Celso Cossa

Entrevista conduzida por Dionísio Mungambe

Recebemos hoje na nossa sala de visitas um convidado muito especial, presentemente afecto à *Task Force* da AT, para dois dedos de conversa. A seguir:

Mais-Valia (MV): Quem temos o prazer de ter a nossa frente?

Celso Cossa (CC): (Risos). Se bem percebo a pergunta que me faz, o intuito aqui é que eu coloque o meu BI em cima da mesa, sob os holofotes de todo mundo. Tudo bem. Começo por dizer que não sou do sexo feminino, por isso não tenho nenhum problema em dizer a minha idade: nasci a 5 de Outubro de 1980. No entanto, por ser do sexo masculino tenho muitos problemas em dizer “quantos anos tem alguém cuja sua data de nascimento tem o ano de 1980”. (Risos). “Mas cá entre nós”, meu nome é Celso Celestino Cossa. Nasci e cresci em Maputo, onde igualmente fiz tudo aquilo que alguém que tenha nascido e crescido num país maravilhoso como Moçambique faz.

MV: E quem é o Cossa para além do que nos diz o BI?

CC: Extrapolando os dados constantes no meu BI, devo dizer que sou um jovem que vem de uma família humilde, contudo guiada por valores dignos de outras riquezas: amor-próprio, amor a minha família, amor ao próximo.

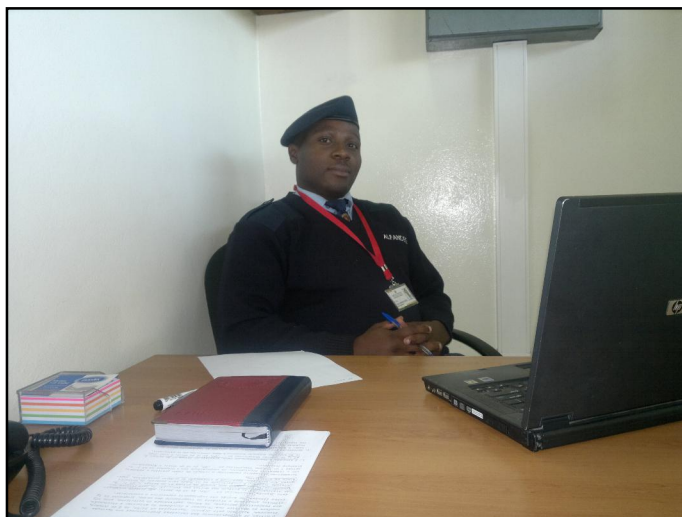
MV: Pode explicar melhor essas riquezas que referencia?

CC: O amor-próprio prende-se sobretudo com esta minha constante busca por um “eu” cada vez melhor, esta busca por novas aprendizagens, este querer aprender sempre vivo. O amor à família está ligado a esta tédio que me emana quando penso na possibilidade de a minha pessoa constituir uma decepção a qualquer membro da minha família, por algo que eu tenha feito ou dito, ou por aquilo que eu não tenha feito ou dito e fosse necessário dizê-lo ou fazê-lo. O amor ao próximo vai para além deste sorriso que

sempre trago estampado em meu semblante, por mais que algumas pessoas não o mereçam, por mais que para algumas pessoas ele seja motivo de má disposição. Quem já agradou a gregos e troianos?

MV: Essa do BI foi boa. Por isso em vez de pedi-lo que nos fale do seu percurso académico e profissional, irei pedir que ponha o teu curriculum em cima da mesa, assim como o fez com o BI.

CC: Eu também gostei dessa do curriculum. (Risos). Como disse a pouco, nasci e cresci em Maputo, o que significa que toda a minha formação académica foi concluída em Maputo. No entanto, devo ressaltar que



O nosso entrevistado no seu local de trabalho (foto: Dionísio Mungambe)

em 2001 tive que interromper os estudos para cumprir o Serviço Militar Obrigatório (SMO), primeiro no então Centro de Instrução Básica Militar de Munguúne, depois a especialização no Centro de Instrução de Forças Especiais (CIFE), em Nacala, o que me dá muito orgulho pois o patriotismo é um dos maiores, se não o maior, bem que um cidadão pode fazer à sua pátria. Depois de cumprir o SMO conclui o ensino secundário e o pré universitário. Em 2010 conclui o grau de licenciatura, pela Universidade Pedagógica, no curso de Licenciatura em Planificação, Administração e Gestão da Educação. Já for-

mado, segui, em breve trecho de um ano, a carreira da docência. Actualmente, sou funcionário da AT.

MV: Que desafios espera encontrar, na AT?

CC: Bom, primeiro, importa lembrar que como já é sobejamente sabido, “a confiança e respeito mútuo, equidade, integridade, transparência, cortesia, dedicação e excelência”, são valores que norteiam a AT na missão de “colectar receitas, garantindo ao mesmo tempo, uma maior comodidade ao contribuinte no cumprimento das suas obrigações. Isso significa por si só, que trabalhar na AT é um desafio enorme. Se nos lembramos, com a criação da

AT, e para muitos tal soa como algo novo e desconhecido. Pode nos falar um pouco da *Task Force*?

CC: Em linhas gerais, posso dizer que a *Task Force* é uma unidade operacional criada pelo despacho do Exmo. Senhor Presidente da AT, datado de 12 de Setembro de 2012, constituída por quatro Comités, nomeadamente, o Comité de Supervisão junto do Presidente da AT, Comité Fiscal junto do Director Geral dos Impostos, Comité Aduaneiro junto do Director Geral das Alfandegas e o Comité Legal junto do Director Geral do Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional, e visa o acompanhamento da fiscalidade relativa a negócios de transmissão participações e transacções afins, envolvendo não só Mega-Projectos mas também de outras empresas com dimensão económica diferente.

MV: Deixemos o Cossa profissional de lado. Penso que já ficou o essencial. Parece-nos gostar de brincar com as palavras. Assim, não deixaríamos de perguntar o que tem feito nos tempos livres?

CC: Faço tudo que alguém da década 80 faz – espero que já tenham calculado a minha idade (Risos). Contudo, muitas das coisas que faço, faço-as não com a mesma intensidade com que fazem a maioria dos jovens da minha idade, pois a maior parcela do meu tempo livre eu passo lendo ou escrevendo. Acredito que aprender seja o verdadeiro sentido da vida. Já dizia Sócrates: “eu só sei que nada sei”. Lendo, dou-me conta que nada sei, por isso tenho de aprender sempre. Escrevendo, dou-me conta que não existe ninguém que não tenha nada para ensinar.

MV: Então estamos diante de um escritor...

CC: Bem, se escritor é quem escreve, então todo aquele que não seja analfabeto é um escritor. E eu, pelo menos, analfabeto posso apostar que não sou.

MV: Falou da *Task Force* da

Entre Nós: Celso Cossa (concl.)

Agora, se ser escritor é muito mais que isso, então quem pode responder a essa pergunta não sou eu, talvez a nossa colega Manuela Xavier, por ela estar nisto da escrita a muito mais tempo. Todavia o facto é que já tenho algumas obras escritas, entre poesia, contos, crónicas e romances e, como todo escritor de gaveta, espero um dia poder estreiar-me em livro.

MV: Onde é que tem publicado as coisas que escreve, caso alguém esteja interessado, uma vez que existem vários canais pelos quais pode-se divulgar o seu trabalho sem que seja necessariamente em

livro?

CC: Bom, falar em publicações quando não é por pura humildade que um escritor (ou seria quem escreve?) se chama amador é complicado. Talvez seja por isso que sempre recusei publicar meus textos em jornais e revistas literárias ou em qualquer outra forma de literatura. Os convites eram-me feitos, mas eu sempre achei que faltava alguma coisa. Precisava aprender mais. Era como a minha mãe que, às vezes, mesmo sem saber o que falta no carril que esteja a confeccionar, sabe com inabalável certeza que algo falta. Contudo, publiquei alguns textos meus no

“Facebook” e as coisas começaram a ficar um pouco mais sérias. Os comentários indicavam que eu devia repensar a minha posição, os convites começaram a trazer em mim a confiança que nunca existiu. Agora, penso que estou minimamente pronto para começar a transitar por essa ponte que me levará a ser realmente escritor, sem que isso seja por não ser analfabeto.

MV: A conversa está demasiadamente boa, contudo imperativos editoriais nos impedem de continuá-la. Pelo que peço para que encerremos esta entrevista com algo

que eu não tenha perguntado, contudo tal mereça uma resposta.

CC: Talvez dizer que tenho NUIT e pago imposto... (Risos). Bom, quero fazer uso do ensejo para felicitar a Revista Mais-valia pelo esforço que tem empreendido com vista a nos dar a conhecer e actualizar sobre os contornos que envolvem os Mega Projectos em Moçambique bem como as matérias afins. Portanto o “Mais-valia” é realmente uma mais-valia para AT. Não é por acaso que dizemos “TODOS JUNTOS FAZEMOS MOÇAMBIQUE”. **MV**

Associação juvenil homenageia cultores de desenvolvimento

- P-AT presente no evento social

A Associação Juvenil Contra a Pobreza realizou no dia 25 de Maio último, na Cidade de Tete, a cerimónia “gala de personalidades”, em que homenageou algumas autarquias, o sector privado, instituições, funcionários públicos e artistas que se vem destacando como actores de desenvolvimento sócio – económico.

O evento juntou mais de 150 convidados oriundos de vários pontos do país e contou com um desfile de modelos daquela urbe, para além da distinção com troféus aos premiados.

O presidente da AT, Rosário Fernandes, foi o orador de uma abordagem temática sob o lema “África e a luta contra a pobreza. Que desafios na juventude”? Presidiu a sessão de abertura o edil de Tete, César de Carvalho, que louvou a iniciativa daquela associação, congratulando – a pela escolha daquele município para o evento.

Conforme disse., a edilidade ao aceitar o acto de tamanha dimensão é a atribuição de elevada responsabilidade não apenas pela escolha das pessoas, mas sobretudo de fazer do Município de Tete, o exemplo no seu desempenho e na sua apresentação.

Saudou a iniciativa daquela

associação pela realização anual da gala, visto que, ela constitui uma espécie de avaliação do desempenho dos órgãos autárquicos e dos seus funcionários em relação aos propósitos pelos quais os munícipes depositaram confiança em trabalhar para a solução das suas preocupações. Carvalho, crê que, a avaliação da associação, porque feita por uma parte da sociedade civil moçambicana, certamente pretendia ser justa, transparente e aproximar-se ao máximo da realidade daquilo que constituiu o desempenho dos premiados, uma vez que quanto mais distantes se estiver, se criam melhores condições de observar o rumo dos acontecimentos. Acrescentou que, o facto da gala realizar uma avaliação conjunta de diversos actores de desenvolvimento sócio – económico que gravitam no mesmo espaço territorial, constitui uma particularidade especial.

Tal significa, a demonstração clara de que a sociedade assume que as acções de luta contra a pobreza, somente surtem os seus efeitos positivos de que existe envolvimento e comprometimento das instituições e dos seus agentes sejam eles do Estado, das Autarquias e dos Sectores Público e Privado.

Acrescentou que, neste contexto, é de facto uma medida justa agir de modo a premiar a todos envolvidos como equipa quando o merecem.

O facto de no mesmo evento estarem dirigentes e executores a diversos níveis incluindo sectores de actividade para

usufruírem do mesmo louvor por terem correspondido às expectativas, o edil César de Carvalho, considerou que, constitui motivo de vínculo cada vez maior para os levar a prosseguir pela melhoria do seu desempenho. **MV**

Na província de Maputo

Quadros da AT traçam estratégias para melhorar a Cobrança

Sob direcção da Delegada Provincial da AT, Berta Macamo, quadros de direcção e chefia afectos às unidades orgânicas na Província de Maputo, reuniram-se na 2ª Sessão do Colectivo de Direcção, que teve lugar no pretérito dia 16 de Maio, para traçar estratégias conducentes a melhorar a cobrança de receitas nesta parcela do país.

A reunião serviu para se fazer a análise do desempenho da receita no primeiro trimestre, verificar o cadastro de contribuintes inscritos e efectuar o balanço das actividades desenvolvidas no Projecto de Fronteira de Paragem Única, em Ressano Garcia. Na sessão de abertura, a Delegada Berta Macamo, enalteceu o esforço dos gestores de algumas das unidades orgânicas pelo alcance das metas referentes ao mês de Abril e agradeceu a presença do Chefe da UVC, que pela primeira vez, participou naquele fórum.

Os quadros da AT debateram os principais nós de estrangulamento que se reflecte no fraco resultado de cobrança tendo traçado estratégias conducentes ao reforço da produtividade de forma a superar a meta estipulada para o presente exercício económico.

É de salientar, que o encontro também passou em revista as actividades desenvolvidas pela Repartição de Serviços Comuns na Delegação Provincial de Maputo, no primeiro trimestre. **MV**

Passatempo

Curiosidades

A divisão entre o número de abelhas (fêmeas) pelo número de zangões (machos) residentes numa colmeia qualquer resulta sempre na proporção áurea $Fi(\varphi) = 1,618...$

Ao espirrar, um ser humano sustém os batimentos do coração por um 1 milésimo de segundo. Mas suster um espirro forte pode resultar numa fractura da costela, rasgar a artéria carótida ou provocar danos cerebrais.

Os peixes pequenos nunca ficam entediados mesmo se confinados em pequenos aquários, pois a sua memória dura apenas dois minutos. Fimido esse período, agem como se voltassem a nascer.

Ao ser colocada uma lata de Coca-Cola Diet numa bacia com água, ela flutua. Mas se isso for feito com uma lata de Coca-Cola normal, ela afunda.

O Leão lidera o ranking do mundo animal quanto aos mais sexualmente activos. Pode copular várias fêmeas centenas de vezes ao dia.

As primeiras palmeiras do mundo nasceram no Pólo Norte.

Quando uma criança de classe média-alta completa o ensino primário já viu em sua curta vida uma média de 8.000 assassinatos e 10 mil actos de violência pela televisão.



Endereço

Rua da Rádio, nr 90, R/C, cidade da Matola

Redacção

Telefone: 82-8677601
E-mail: liegevitorino@yahoo.com.br

Direcção

Telefone 21720132
Fax 21720133
E-mail: bmacamo@at.gov.mz



Humor

Uma senhora, nova rica, chegou um pouco atrasada a um concerto de gala para fins de beneficência.

- Que estão a tocar? - pergunta para um dos espectadores.

- A quinta Sinfonia de Beethoven, minha senhora.

- Já a quinta?! Que pena ter chegado tão tarde...

Um turista norte-americano de visita a Itália contemplava o monte Vesúvio lançando

fumo.

- Vocês não têm isso nos Estados Unidos! - exclama o guia turístico com orgulho.

- Realmente não temos - responde o americano - mas temos as cataratas do Niágara que poderiam apagar isso em dois minutos.

Após o funeral da pessoa mais rica do bairro, o padre aproxima-se de um homem choroso e extremamente sentido. E pergunta-lhe:

- O Sr. é familiar do falecido?
- Não, infelizmente esse é o

Provérbios

Ninguém educa ninguém, cada um educa-se a si próprio (Paulo Freire)

Há poucos homens que sejam capazes de praticar boas acções sem testemunhas (Séneca)

Só sei que nada sei (Sócrates)

Localize as palavras abaixo (em todas as direcções):

1. OBTURADA
2. REPARAR
3. SUSPIRAR
4. ATURAR
5. SUSSURRAR
6. VISLUMBRAR
7. EMBANDEIRAR
8. DEVORA
9. AVENTURAR
10. ADORA
11. REFRIGERA
12. FEITOR
13. LEDOR
14. TRADUTOR

A	M	W	M	T	R	A	R	I	E	D	N	A	B	M	E	D	M	R	V
K	R	F	B	P	O	G	A	P	U	W	T	R	A	D	U	T	O	R	R
H	E	O	D	V	T	X	R	Q	I	K	P	S	J	X	Q	D	M	A	R
T	P	H	D	S	I	K	U	F	L	A	R	E	R	C	E	Y	R	H	A
E	A	E	O	A	E	P	T	H	T	P	V	B	A	L	K	B	A	N	R
D	R	T	G	M	F	M	A	P	K	N	T	E	P	B	M	F	R	R	I
F	A	P	I	I	K	Q	P	X	A	M	S	I	N	U	A	W	O	O	P
Z	R	C	Y	P	R	R	J	B	Q	G	X	P	L	T	F	T	V	V	S
V	J	L	U	Z	M	F	M	P	T	R	A	S	F	R	U	Z	E	E	U
A	R	E	G	I	R	F	E	R	N	X	I	A	N	E	I	R	D	D	S
S	D	G	E	Z	B	C	P	R	Z	V	E	M	Z	W	S	D	R	N	M
P	A	D	A	R	U	T	B	O	G	S	U	S	S	U	R	R	A	R	H

Ficha Técnica

Propriedade : Autoridade Tributária de Moçambique

Presidente : Rosário Bernardo Francisco Fernandes

Delegada Provincial e Directora: Berta Macamo

Directora do Gabinete de Comunicação e Imagem: Suzana Raimundo

Chefe de Divisão de Comunicação e Imagem: Suzette Raquel Dalsuco

Administrador: João Carlos Mabjaia

Assessor Editorial: Arlindo da Graça

Editores Executivos : Liége Vitorino

Coordenador: Dionísio Munguambe

Redacção: Liége Vitorino; Arlindo do Rosário; João Carlos Mabjaia; Dionísio Munguambe e Benjamin Massochua

Colaboradores: Arlindo Chissaque; Manuel Boi (Tete); Albano Naroromele (Nacala), Tomás Changule, Sérgio Chifeche, Fernando Comé, Orlando Macuácuva, Aludía Alage, Emílio Tai, José Zandamela, Elísio Massangaie, Juvêncio Nhamona, Cláudio Joaquim, João Chingamuca, Albazino Massingue, Leonardo Lopes, Zito Campira, Marcos Miguel, Amido Abdala, Domingos Muconto, Carlos Matlava, Brígida da Cruz e Adriano José

Revisão : Ricardo Santos

Fotografia: Ricardo Nhantumbo e Arquivo

Maquetização e Design: Ricardo Santos

Secretária: Marla Rocha

Periodicidade : Mensal

Os artigos assinados reflectem a opinião dos autores e não necessariamente do Mais-Valia. Toda transcrição ou reprodução, parcial ou total, é autorizada desde que citada a fonte

Visite também o sítio da AT no Facebook:

www.facebook.com/AutoridadeTributaria

Todos Juntos Fazemos Moçambique!